

Rus. n.

Jornais de 14
a 22 NOV. 79

IMPRESA NACIONAL

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Documento recebido em 22 NOV 79
Distribuído em 22 NOV 79 através
do envelope n.º 22 NOV 79 60156
para a reunião ordinária de _____

O facto novo, neste período, foi o atentado contra o Embaixador de Israel e as interpretações do mesmo - nomeadamente em referência à recente visita de Arafat a Portugal. A respeito da campanha eleitoral, pode dizer-se que há uma agudização de algumas das suas questões principais.

1. O ATENTADO - A "primeira" unânime dos jornais de qua.14 é o atentado de que foi vítima o Embaixador de Israel em Lisboa ; toda a polémica subsequente anda em torno da identidade dos responsáveis, com referência frequente, por parte de alguma Imprensa, à visita recente do "leader" da OLP.
2. CAMPANHA : O AGUDIZAR DAS QUESTÕES - Sobre de tom a campanha eleitoral, com termos mais fortes e, em alguns casos, pequenos confrontos locais ; temas :
 - DO VOTO UTIL E DAS ALIANÇAS ESPÚRIAS - há argumentos semelhantes utilizados em várias direcções por forças políticas diferentes
 - DO ALENTEJO E DA AUTORIDADE - é a questão do controle do terreno, do caciquismo e dos poderes paralelos, que no caso do Alentejo torna o PCP foco de uma polémica com quase todos os outros partidos
 - DOS MÉTODOS INCORRECTOS - aparecem também em vários sentidos acusações de candidaturas múltiplas e de propaganda enganadora
 - RELIGIOSA - aumenta a polémica em torno do voto católico.

IMPRESA ESTRANGEIRA

A imprensa estrangeira veiculou fundamentalmente, no decurso das últimas semanas, duas linhas informativas a que atribuiu particular relevo : por um lado, a abertura da campanha eleitoral, que vem na sequência de alguns outros comentários referidos em termos de pré-campanha; por outro, o significado da Conferência de Solidariedade com os Povos Árabes, potencializada pela presença de Yasser Arafat. A ambas estas linhas, vem somar-se, posteriormente, o fluxo noticioso concernente ao atentado cometido contra o Embaixador de Israel, bem como outras notícias, sem especial significado, versando factos ocasionais e situações aleatórias.

2. CAMPANHA ELEITORAL - a maioria das notícias e comentários possuem características descritivas e não analíticas.
3. ARAFAT E A CONFERENCIA - a imprensa afecta à Esquerda atribui a ambos grande significado, contrariamente à imp. afecta à Direita.



1. O ATENTADO

A questão do terrorismo domina largamente a Imprensa da segunda metade da semana passada, primeiro por causa do atentado contra o Embaixador de Israel, depois devido à "execução" sumária de um ex-militante do PRP, na qui.15.

Ainda não tinha desaparecido, na Imprensa, o eco da Conferência de Solidariedade com o Povo Árabe ; o tema foi imediatamente relançado, com jornais como "O Dia" considerando o atentado "consequência directa do acolhimento a Arafat", e o "Diário de Lisboa" replicando no seu título principal de qua.14 - "QUEM PRETENDE ACUSAR A OLP ?"

Vários comentadores, cujos pontos de vista aparecem ilustrados em recortes fotocopiados, interessam-se pelas questões de a quem serviria o crime, e da preparação das autoridades portuguesas para enfrentar a eventual instalação, entre nós, de grupos ao nível do grande terrorismo urbano europeu. Há uma distância entre a linguagem de "O Dia" e "O Diabo", por exemplo, e a do "Correio da Manhã" e do "Expresso", com artigos que fazem um esforço crítico para distinguir entre os reais interesses dos palestinianos e o proveito discutível de um atentado como este.

2. CAMPANHA : O AGUDIZAR DAS QUESTÕES

Fundação Cuidar o Futuro
DO VOTO ÚTIL E DAS ALIANÇAS ESPÚRIAS

Parece revelar-se cada vez mais como a primeira questão da campanha. A manifesta insegurança, por parte de qualquer dos grandes partidos ou blocos, quanto à possibilidade de conquistar a maioria absoluta, aumenta a pressão sobre os indecisos (tema, por exemplo, da análise de J.M.Júdice no "Diabo" de ter.20).

As coordenadas mantêm-se : o PS tentando alargar o seu espaço para os dois lados, o PCP reivindicando para si o voto "certo e seguro", a AD contestando a validade do esforço do PDC e dos independentes de direita. Os partidos menores defendem-se do argumento do voto útil, que visa afastá-los da campanha ; o MES apareceu inesperadamente com um contributo à argumentação do PS (e que o "Portugal Hoje" prontamente aproveitou), ao defender o "voto útil" contra a participação da UEDS e da UDP.

A acusação de alianças "objectivas" com o inimigo é frequente, entre o PS e o PCP. Nota-se também um esforço sobre clientelas específicas, como os retornados (criação do Movimento dos Desalojados e Emigrantes Portugueses, apadrinhado no "Portugal Hoje" de seg.19, e apontando para o voto no PS).



análise de imprensa

DO ALENTEJO E DA AUTORIDADE

A palavra de ordem da AD, no fim-de-semana, foi "libertar o Alentejo"; no comício em Évora, Sá Carneiro como Freitas do Amaral afirmaram a necessidade de impor a "autoridade", bem como a "liberdade e segurança" naquela região.

Os jornais afectos a forças políticas opostas descrevem, como é habitual, versões contraditórias de incidentes que têm envolvido, em vários locais, caravanas de campanha visitantes com militantes de partidos maioritários na terra.

DOS MÉTODOS INCORRECTOS

"O Diário" levanta o problema dos candidatos-duplos, e a Imprensa próxima da AD o do aparecimento de folhetos com as fotografias dos seus dirigentes, mas aconselhando o voto na APU.

RELIGIOSA

A intervenção significativa mais recente é um manifesto dos católicos da AD, combatendo o voto nos "partidos marxistas"; uma nota do arcebispo primaz de Braga apela à mobilização do clero e dos fiéis para participação de todos no próximo acto eleitoral, incluindo o "esclarecimento leal aos menos preparados", a organização de transportes para doentes e idosos, etc.

Fundação Cuidar o Futuro

SACR, 21 NOV.79

ADITAMENTO

FORÇAS ARMADAS - Já depois de elaborado o presente boletim, foram acrescentados, ao bloco de artigos fotocopiados, alguns comentários recentes com matéria respeitante às Forças Armadas e ao Conselho da Revolução.

22 NOV.79



1. GENERALIDADES

Embora na última semana de Outubro tivessem aparecido na imprensa internacional referências ocasionais ao próximo acto eleitoral de Dezembro (nomeadamente reportando sem comentários determinadas actividades dos partidos, consideradas então como "pré-eleitorais") foi, de facto, a partir dos primeiros dias de Novembro que determinados comentários, de 'tipo analítico' começaram a surgir com maior frequência e impacto. Curiosamente, é a imprensa liberal ou a afecta às correntes de esquerda moderada, aquela que parece reflectir um maior grau de preocupação sobre o evoluir do processo democrático português, mantendo-se a imprensa de inspiração mais conservadora, num aparente e propositado silêncio de expectativa. No entanto, deverá ser sublinhado que nenhum dos referidos comentários veiculados apresenta quaisquer características previsionais, tal como noutras oportunidades similares sucedera.

Por seu turno, a Conferência de Solidariedade para com os Países Arabes mereceu extensos comentários e referências à imprensa de todos os quadrantes. No entanto, embora a imprensa liberal assinalasse preferencialmente o significado político positivo que tal Conferência traduziu para o progresso da causa palestiniana, e a imprensa mais conservadora a refira sobre tudo em termos de 'facilitação' de acessos ao petróleo árabe, toda ela é unânime na constatação do êxito diplomático (e também pessoal) que a OLP e o seu Presidente Yasser Arafat registaram, ao ser-lhes permitido o estabelecimento de contactos oficiais com o Gen. Ramalho Eanes -primeiro Chefe de Estado Europeu a receber Arafat.

Por fim, e além de notícias pontuais sobre factos e eventos nacionais diversos, surgiu na imprensa internacional, a partir do passado dia 14, uma linha informativa de certo impacto, concernente ao atentado efectuado contra o Embaixador de Israel.



2. A CAMPANHA ELEITORAL PORTUGUESA

Antes do mais, é preciso assinalar que a quase totalidade da informação surgida sobre este tema, na imprensa internacional, possui características prioritariamente 'noticiosas' e descritivas, contrariamente ao que sucedera, nos mesmos títulos, em fases eleitorais anteriores. Acresce ainda referir que foi a imprensa espanhola e francesa aquela que maiores espaços lhe concedeu, em particular aquela que é afectada ao centro esquerda ou a correntes de esquerda moderada. Foi o caso, por exemplo, dos diários LE MONDE e EL PAIS e, embora dispensando-lhe menor relevo, o de LE MATIN. Nos dois primeiros, no entanto, deverá destacar-se dois extensos comentários, surgidos respectivamente nos dias 5.XI e 18.XI, o primeiro versando a atitude de ataque da Igreja católica aos partidos marxistas e o segundo a mutação estrutural de uma política que o centro-direita determinará, caso vença as eleições. Assim, pode ler-se, nomeadamente o seguinte:

"Bastante discreta após a Revolução de 74, a Igreja católica decidiu abrir as hostilidades contra os 'partidos marxistas'. Tal atitude estará provavelmente ligada à investidura (...) de M. Lurdes Pintasilgo como Primeiro Ministro. Caracterizando-se por ser, simultaneamente, militante católica e progressista convicta, a líder do Governo recebeu, por um lado, o apoio de socialistas e comunistas e, por outro, os ataques de centristas e sociais-democratas. Além disso, a sua designação provocou uma certa divisão na hierarquia católica, tendo o Cardeal de Lisboa, aprovado, implicitamente, a mesma, contra a opinião de numeroso grupo de bispos. Formalmente, o episcopado limita-se a condenar o abstencionismo, sem fornecer consignas de voto. Porém, na base, as coisas passam-se de outro modo: multiplicam-se os exemplos de padres que tomam claramente posição a favor das formações políticas de direita. O pároco duma al-



deia (...) publicou recentemente no jornal local, um artigo ilustrado por um Quadro no qual figuram todos os partidos que participam nas eleições : -duas destas formações, assinaladas por uma cruz, mereceriam os votos dos 'bons católicos'. A saber, a AD e o partido democrata-cristão, que integra alguns nostálgicos do salazarismo.

Esta campanha assume, por vezes, matizes surpreendentes. Assim, o semanário O DIA (conservador), anunciava (...) em grande manchete, que as religiosas, submetidas a clausura, iriam receber autorização de sair dos respectivos conventos, durante dois domingos, afim de poderem votar." (...)

(JOSE REBELO, in LE MONDE, de 4-5 de Novº)

Relativamente ao xadrês político, do ponto de vista partidário, poderá ler-se ainda no mesmo artigo do MONDE que o PS, que pratica o contacto 'porta-a-porta' com o eleitorado, em detrimento das grandes convocações de massas, "tenta convencer das 'boas intenções' dos socialistas, os altos responsáveis da Igreja" (...). Por sua vez a AD, segundo J. Rebelo, prepara-se para organizar uma 'campanha à americana', a qual comportaria "música tocada por grupos folclóricos, precedidos de majorettes" (...). Aliás, sublinha, relativamente a esta mesma formação, o facto de a sua vitória vir a supor, de futuro, uma "mudança de regime", pelo que, aos seus eleitores, é "solicitado "um esforço suplementar" .

Neste mesmo contexto põe o comentarista de EL PAIS o acento tónico e faz notar que o "escrutínio de 2 de Dez. (... caso vença a AD) , terá o sentido de "uma 'rotura democrática'" , posto que, segundo Sá Carneiro, tratar-se-ia "não de dotar o país com uma nova maioria (...) mas sim de mudar o rumo do regime". E, nesta ordem de ideias, descreve os principais pontos que a mutação do regime traria ao país, caso a Aliança viesse a ganhar as eleições: "profunda alteração na Constituição,



novo Presidente da República (...) revisão da lei eleitoral, com inclusão do voto obrigatório" etc.

Deverá, contudo, mencionar-se que, qualquer um dos atrás citados títulos, assinala com particular relevo, tanto os apoios que à AD são dispensados pela UCD, mesmo a nível "ministerial", como foi o caso do comício realizado no Porto a 10 de Novembro e, em menor escala, pela UDF, como os suportes que o PS recebe, também de formações congêneres internacionais. Assim, surge sublinhado com certo ênfase o concurso que a IS deu ao PS, na abertura da sua campanha, bem como determinadas declarações proferidas, a título individual, por alguns membros de aquela Organização:

"O socialismo é o extremo da esquerda democrática, que luta pela liberdade; à esquerda do socialismo, nada mais existe. O socialismo constitui a barreira que defende a democracia", declarou (...) o líder socialista espanhol, Filipe González" (...)

(EL PAIS, de 18 Novembro, segundo a Agência EFE)

Por sua vez, o quotidiano LE MATIN, de 13 do corrente, abordando sensivelmente os mesmos pontos referidos pelo comentarista de EL PAIS, e segundo uma óptica em tudo similar, refere em título que "EM PORTUGAL, A DIREITA (se encontra) AO ASSALTO DO PODER", apoiando-se sobre o facto de "não ter deixado de desempenhar o papel de oposição, desde 1974, salvo algumas irrelevantes excepções" .

3. ARAFAT E A CONFERÊNCIA DE SOLIDARIEDADE

Deverá antes do mais referenciar-se o facto de a imprensa afecta aos quadrantes de esquerda, ter noticiado esta Conferência com um enorme destaque, atribuindo-lhe um alto e complexo significado político.



Acresce dizer que o facto da Conferência se ter realizado em Lisboa, aparece ainda como um factor de potencialização desse mesmo significado. Repare-se nestes exemplos:

"O reconhecimento de facto da OLP, por Lisboa, é tanto mais importante, quanto é certo que esse reconhecimento constitui um passo em frente relativamente ao reconhecimento oficial da OLP pela Europa : país-chave da NATO, Portugal é já virtualmente um 'país europeu'."

(J.G. , in LIBERATION, de 4 de Novembro 79)

"Acolhido e comportando-se, em Lisboa, como um verdadeiro Chefe de Estado, Yasser Arafat (...)
(...) e, enfim, o Presidente Ramalho Eanes (é) o primeiro Chefe de Estado Ocidental a receber o líder da OLP." (...)

(J.G. , in LIBERATION, de 7 Novembro de 79)

"A visita de Arafat a Portugal, inscreve-se numa ofensiva de 'charme' que a OLP conduz, junto das capitais europeias. (...)

Para Yasser Arafat esta etapa portuguesa, constitui uma nova vitória. Portugal é, com efeito, membro da NATO e futuro membro de pleno direito da CEE. (...)"

(J. VERNISY, in LE MATIN de 3 de Nov^a, 1979)

Por outro lado, estes mesmos títulos não deixam de referenciar que o nosso país retira também dividendos da presença de Arafat em Lisboa porquanto relembram que as relações de Portugal com o mundo árabe se degradaram após "o Governo socialista de M. Soares (...) ter elevado as relações de Portugal com Israel, ao nível de embaixadores" (In LE MATIN, 3.XI.79). Ainda nesse mesmo artigo, pode ler-se :



"A abertura de Portugal versus os países árabes ultrapassou um novo degrau, com a recepção de Y. Arafat em Lisboa." (...)

"Pelo lado português, conta-se com a visita de Y. Arafat para reforçar as ligações com o mundo árabe." (...)

(J.G. in LIBÉRATION, de 4 Novembro de 79)

No entanto, outros pontos, ainda, são postos em destaque por toda a imprensa afectada à esquerda: a condenação dos Acordos de Camp David, incluída nas resoluções da Conferência, é certo, mas simultaneamente toda uma alteração do discurso da OLP, que actualmente se situa num tom de moderação e parece circunscrever a sua luta, de momento, apenas ao campo da diplomacia. Sublinham, assim, como que a prevalência das "posições mais realistas da OLP e de Arafat", face à atitude da "Líbia, Irak, Síria e de outros países da 'linha dura'" (in, LE MONDE, de 8.XI.79). Por sua vez o diário EL PAIS, de 7 Novº, considera as resoluções finais da Conferência como "uma fórmula intermédia situada entre as propostas de alguns países da 'linha dura' e os pressupostos europeus".

Mas a imprensa afectada às correntes mais conservadoras, dá, quer à Conferência, quer à presença de Arafat em Lisboa, uma leitura menos política e, por ventura, mais comercial:

"Que significa, porém, esta promoção internacional da OLP (... e) que efeito real poderá vir a ter sobre a evolução do conflito israelo-árabe?

(...) pelo menos, de momento, a relação militar de forças tomba indiscutivelmente para o lado de Israel (... restando assim aos) palestinianos, preservar as suas actuais posições, na previsão de futuras crises. (...) No momento em que a OLP parece reduzida a uma relativa inacção, desenvolve na cena internacional (...) uma série de espectacular-



res actividades, (...) aproveitando para usar de dois trunfos de que dispõe.

(...) O primeiro consiste evidentemente no peso político dos países árabes, devido à crise petrolífera. Nenhum desses países, contudo, decide servir-se de modo brutal e definitivo da arma do petróleo, afim de impôr uma solução ao conflito israelo-árabe. Isso corresponderia a abrir uma crise internacional de proporções imprevisíveis (...). Não oferece, todavia, qualquer dúvida de que essa perspectiva de crise existe desde já e que os países ocidentais pretendem esconjurá-la. (...)

É aí que se situam as 'démarches' cada vez menos discretas da diplomacia americana, que 'apalpa' a OLP, em ordem a vê-la participar nas negociações, ou, pelo menos, em ordem a obter a sua caução. (É nesta linha) que se vai impondo cada vez mais à opinião americana (...) a ideia de que só a OLP é representativa das populações e territórios ocupados e ainda que é com a OLP que é preciso negociar a criação de um Estado (palestiniano). " (...)

(P.M.G., in LE FIGARO de 2 de Novembro 79)

O outro ponto que esta mesma imprensa aborda com certo detalhe, refere-se à possibilidade de estabelecer relações, se não oficiais, pelo menos officiosas, entre a OLP/Arafat e o Governo francês. O assunto fica, contudo, de momento em suspenso, prevendo-se no entanto que a imprensa deste mesmo quadrante (sempre tão disposta a atacar com violência a causa palestiniana) se encontra desde já a 'permeabilizar' a opinião do seu país, para aquela eventualidade diplomática.

4. O ATENTADO AO EMBaixADOR DE ISRAEL

Quase poderia dizer-se que, nesta área de informação, as coisas se passaram de modo inverso ao caso descrito para a Conferência. Na verdade, enquanto a imprensa afecta a correntes conservadoras e de direita



Ihe atribui um considerável espaço e confere visível impacto, a imprensa liberal e afecta à esquerda, reduz tal evento a dimensões mínimas.

Por outro lado, enquanto a imprensa conservadora induz o leitor à noção de ter a OLP algo a ver com o atentado, a imprensa liberal e de esquerda sublinha a irracionalidade de tal interpretação, na sequência do êxito alcançado pela OLP, a partir da aceitação de Arafat ao nível do Governo e Chefe de Estado portugueses. A título de exemplo repare-se nos seguintes parágrafos, que são paradigmáticos de ambos pontos de vista:

"No termo das entrevistas que Arafat teve com o PR português e com o Primeiro Ministro, convir-se que (...) a OLP poderia abrir a curto prazo (...) um 'bureau' de representação em Lisboa. Após o novo êxito diplomático conseguido por Arafat em Lisboa, torna-se verosímil que a OLP nada 'tenha a ver' com o atentado (...) tal como o declarou o seu 'bureau' de Madrid.(...)

(JACQUES VERNISY, in LE MATIN, de 14 Novembro 79)

"Significativamente, o ataque deu-se uma semana apenas após Arafat ter sido cordialmente recebido pelo Presidente Ramalho Eanes (...)"

(JIMMY BURNS, in FINANCIAL TIMES, de 16 Nov^o79)

"O atentado falhado, ontem cometido contra o Embaixador de Israel em Lisboa (...), ocorre uma semana após a visita a Lisboa de Yasser Arafat

(ANNE ROMERO, in LE FIGARO, de 14 Novembro 79)

Outra interpretação alternativa, da imprensa conservadora, consiste em induzir o leitor a pensar que se tratou de um atentado perpetrado por elementos radicais de esquerda, segundo o "estilo espanhol" .



Handwritten signature or initials, possibly 'Rum'.

Consequência directa do acolhimento a Arafat

O DIA 14 NOVEMBRO 1979

Terrorismo à solta em Lisboa

Atentado contra o embaixador israelita sete dias após a Conferência de apoio à OLP

Arafat certificou-se da impunidade e protecção da OLP em Portugal



20 NOVEMBRO 1979



o Diabo

20 NOVEMBRO 1979

O grande culpado

Fora de Lisboa recebo a horrível e vergonhosa notícia. O atentado contra o Embaixador de Israel, a gravidade do seu estado, a morte de um português, de um polícia, a cegueira provocada a uma mulher, os ferimentos noutras pessoas. Recebo a trágica notícia e recorro ao ar "impecável" do manequim às ordens, do desgraçado em quem votamos para Presidente. Desgraçado, sim. Na ansia de obedecer, até recebe, com todas as deferências, o terrorista Arafat, que não larga o revólver durante a audiência. Não é esse homem um desgraçado?

Mas os desgraçados, só por o serem, não ficam isentos de culpas. E daquilo que foi quase uma chacina é ele o grande culpado.

Arafat veio tomar o pulso. Recebido com beijos, recebido com demoradas e repetidas honras de televisão, recebido como se fosse um chefe de Estado, como se não fosse um reles pederasta sem categoria, do que não passa, que viu Arafat? Que estava em campo livre. Que podia, sem represálias, sem que os seus amigos e protegidos fossem punidos, mandar fazer aquilo que tem mandado fazer — e de que se orgulha — no mundo inteiro. E mandou. E o atentado consumou-se. E houve vagos protestos governamentais. E mais uma vez vai ficar tudo arrumado, inventando-se umas ligas quaisquer para reivindicarem o crime. Passados alguns tempos, haverá outro ainda. E mais. E mais. E continuarão os criminosos impunes.

O grande culpado (o homem inventado por Costa Gomes, que recebe calorosamente Arafat) espera novas ordens. E é fácil sabermos quais serão. Trata-se de permanecer "estático" e deixar andar. Para Costa Gomes e o que se lhe sucedeu, quanto pior, melhor. Pior para nós — o que se está vendo — melhor para eles que se preparam para nos ocupar definitivamente. O governo Pintasilgo (como eu gostaria de dizer "que Deus haja") é igualmente obra do Gomes e das Chaves e dos seus mandatários. Ainda não entendem?

E não permanecerá, portanto, "estático". E mais gente morrerá. E mais polícias serão abatidos.

Gostaria de saber o que vai fazer a comunidade israelita neste país. Ela existe e já protestou contra a vinda de Arafat. O grande culpado nem deve ter respondido, como de costume. Como não responde aos apelos dos portugueses da África do Sul quando se queixam da realização em Portugal de conferências contra o regime que os abrigou e abriga.

Irá a comunidade israelita protestar a Belém? Irá gritar a sua indignação, exigindo satisfações àquele manequim afanqueirado, de patilhas à pegador, sabendo-se que não pega coisa nenhuma?

Que espera a comunidade israelita para lavar a sua honra? Que espera a comunidade israelita para perguntar a Eanes quem lhe deu ordens para receber Arafat de revólver à cinta? Num país onde até é proibido usar um "spray" defensivo?

O grande culpado tem consentido em tudo. E ainda há-de consentir em que os judeus em Portugal sejam obrigados a usar a estrela amarela, se o maricas do Arafat o impuser. Só um maricas gosta de ostentar armas. Os homens usam-nas sem ostentação.

Continuem a processar-me. Continuem a condenar-me e até a dizer que já estou na cadeia. Continuem a inventar tudo quanto quiserem. Mas se os portugueses não se mexerem — antes que seja tarde —, se o Exército português continuar passivo enquanto a onda de crimes alastra, não digam depois que não houve quem os alertasse a tempo.

Ou tudo isto não passará de uma manobra de diversão — à custa de vidas — para impedir as eleições? "Eles", de tudo são capazes. E o grande culpado continua a tudo aprovar.

Se for preciso que a comunidade israelita vá para a rua gritar o seu protesto, que o faça depressa.

E já é urgente que o Exército português, o que dele resta de honesto e limpo, mostre que não serve apenas para receber ordenados. O exército existe?

Pois que o demonstre.

Arafat já exibiu o seu revólver. Que esperam vocês para usar os vossos?

Vera Lygia

por Cartaço
e Fundação

NÃO CONFUNDIR

Parece que não restam dúvidas que qualquer pessoa de bom senso condena veementemente o atentado de que foi alvo a Embaixada israelita.

Mas com este atentado que, como se viu, foi condenado por diferentes forças políticas e Governo, uma vez mais a Embaixada de Israel vai dele se servir para mostrar que os árabes e palestinos são os terroristas e, desse modo, meter no mesmo saco, os terroristas e todo um povo pacífico, ordeiro e trabalhador que luta pela sua pátria espoliada.

Também parece que não restam dúvidas que o mundo e nele incluído Portugal reconhece o Estado de Israel, criado em 1948. Mas, paralelamente, reconhece-se a necessidade de os palestinos reencontrarem a sua pátria e de do exílio voltarem e criarem o seu Estado.

O atentado de Lisboa a coberto de auxílio de países amantes do terrorismo não deve servir para se confundir os verdadeiros palestinos, que nada têm que ver com banditismo deste tipo. Os portugueses não acreditarão certamente nos facciosos, nos que deturpam constantemente a verdade, nem nos que agem com o terror, mesmo que venham dizer que lutam por uma causa revolucionária. Os portugueses sabem distinguir uns e outros e dar sempre que necessário o seu apoio aos que lutando por causas nobres contribuem para a paz mundial.

editorial Expresso
especialmente
7-NOVEMBRO segundo as regras do
nacional.

Talvez aconteça que o nosso subdesenvolvimento não nos tenha permitido, até agora, acedermos a actualizações do terrorismo do mundo. Mas não constitui uma coroa de glória, finalmente, chegado a esse estágio, com a realidade, não nos encontramos envolvidos.

Acresce que, no nosso país não existem estruturas preparadas para responderem com rapidez, a ataques deste tipo, à semelhança do que, por exemplo, conseguiram fazer os alemães e têm logrado, com mais dificuldade, os italianos.

Acresce também que Portugal, porque não tem uma política externa definida, é terreno aberto à penetração e ao confronto sangrento de todas ou quase todas as minorias e as mini-minorias que por esse mundo se digladiam.

Acresce, finalmente, que Portugal atravessa um momento eleitoral particularmente decisivo que não pode ser perturbado por actos terroristas.

A OPINIÃO pública portuguesa não pode ficar indiferente aos actos de terrorismo que, nos últimos dias, foram perpetrados, tanto em Portugal como no estrangeiro. Não pode ignorar os reféns de Teerão, não pode esquecer o rapto de um deputado espanhol que é um bom amigo de Portugal. Não pode acolher como um "fait divers" o atentado contra o embaixador israelita.

Dizíamos acima que, neste como noutra domínio, mais vale prevenir do que remediar.

E, em rigor, o que deveríamos ter dito era que mais valia ter prevenido do que ter agora que remediar.

Isto porque, durante a semana que passou, mais dois casos graves vieram toldar a atmosfera política portuguesa, com a feição de actividades criminosas com incidência política, casos a vários títulos preocupantes.

Em primeiro lugar, o embaixador de Israel em Lisboa, que entre nós desenvolvia há alguns anos a sua intensa actividade diplomática, foi objecto de um atentado pessoal, que vitimou um dos seus guarda-costas e o feriu ainda que sem gravidade.

Dias depois, um ex-dirigente de um partido considerado da extrema-esquerda foi abatido a tiro e a sua mulher ficou ferida, em circunstâncias também ainda não apuradas.

A opinião pública portuguesa pôde, assim, assistir, entre o atónito e o consternado, a uma certa habitualização da prática do terrorismo urbano entre nós, com facetas que se aproximam de comportamentos análogos vividos noutros países do mundo, a começar na vizinha Espanha.

Uma explicação simplista

Dois critérios duas medidas

ELE há coisas difíceis de compreender.

Por exemplo, uma delegação do PSD foi recebida em audiência pelo líder da OLP, Yasser Arafat. À saída, essa mesma delegação fez questão em exteriorizar a sua simpatia e a simpatia do PSD perante o líder palestino.

Dias depois, o órgão oficial do mesmo partido ataca frontalmente

Yasser Arafat, com vários e coloridos qualificativos, nomeadamente os encontros que teve em Portugal com diversas autoridades oficiais.

Em que ficamos? Para o PSD Arafat é um libertador ou um assassino?



admitiria que o terrorismo urbano se transformou num dado quase universal, e que por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, haveria de estender-se ao nosso país.

Na medida em que vamos transitando para uma sociedade industrializada e integrada nos padrões europeus, difícil seria, por outro lado, que não importássemos também fenómenos que são hoje considerados inerentes à vida quotidiana desses Estados.

Mas outras explicações mais elaboradas são ainda frequentes.

Para uns, o terrorismo urbano seria uma consequência inevitável das contradições do capitalismo contemporâneo naquilo que ele contém em si mesmo de choques e desajustamentos económicos, sociais, políticos e culturais.

Para outros, ele teria sido introduzido e alimentado, desde os seus primórdios, por determinados Estados e por certas forças políticas extremistas, perfilhando concepções de natureza marxista-leninista revolucionária e que actuam, de forma mais ou menos velada, um pouco por todo o globo.

As explicações variam assim de acordo com as opções político-ideológicas dos analistas que comentam o fenómeno do terrorismo, quer aquele que se pratica à escala nacional, quer aquele que, com cada vez maior frequência, se generaliza no domínio internacional.

Como quer que seja, não se pode deixar de apontar, em primeiro lugar, a gravidade da generalização de procedimentos desse tipo, que têm chegado ao ponto de tornar comuns comportamentos manifestamente criminosos, dificultando a sua punição e até

por
Marcelo
Rebello
de
Souza

fazendo passar por justificável a sua ocorrência.

Se se aceita, com esta dose de permissividade, o fenómeno do terrorismo como um fenómeno natural e inevitável, com todo o seu cortejo de consequências, então está-se a pôr em causa, de modo sistemático e grave, um conjunto de princípios, sem os quais não pode duradouramente existir qualquer comunidade estadual e a própria comunidade internacional.

Por outro lado, e em segundo lugar, é grave que, no nosso país, se crie o clima difuso da naturalidade da verificação de casos, esporádicos ou sistemáticos de terrorismo.

Quaisquer que fossem as suas vítimas no passado recente e quaisquer que sejam as suas vítimas no presente ou possam ser as suas vítimas no futuro, importa que todos (a começar pelas próprias autoridades) estejamos atentos à gravidade do problema, desportos para o encarar com a maior eficácia possível e decididos a nessa tarefa empenhar tanta capacidade intelectual quanta vontade política.

Como não louvar, neste contexto, a última nota da Assembleia Plenária do Episcopado Português na sua condenação clara e lúcida da violência na sociedade portuguesa?

17-NOVEMBRO-1979

OLP recusa autoria

O atentado terrorista que foi repudiado por todas as forças políticas desde o CDS à extrema-esquerda, bem como pela OLP parece ter deixado as autoridades um tanto perplexas. Ainda recentemente uma fonte militar autorizada afirmaria que "não estávamos preparados para actuar contra grupos de guerrilha urbana com a dimensão de uma ETA ou das Brigadas Vermelhas". Por outro lado, encontram-se em Portugal numerosos cidadãos estrangeiros, mais ou menos clandestinamente, cujos interesses tornam a sua actuação suspeita.

A OLP através do seu dirigente, em Madrid, foi uma das primeiras organizações políticas a repudiar o atentado, enquanto Arafat acusaria os responsáveis dizendo que eles "pretendem deteriorar as boas relações entre a Palestina e Portugal".

Por sua vez, os israelitas, como é natural, não deixam de responsabilizar a OLP pelo atentado, embora não tenham elementos ou pelo menos não os apresentem, para provar tais afirmações.

Entretanto, uma versão anti-OLP é divulgada pelos jornais, vulgarmente conhecidos como favorecendo posições de direita muito à direita, que vêm desenvolvendo um determinado tipo de noticiário para levar as pessoas a convencerem-se de que a responsabilidade de tal atentado se deve procurar nos círculos da OLP, nisto seguindo a linha israelita. Tudo o que, por enquanto, se diga são apenas conjecturas, já que não há elementos de prova em que se possam basear conclusões seguras. Por isso, aquilo que os diversos órgãos de Informação até hoje divulgaram, inclinando-se para este ou para aquele lado, deve atribuir-se, primeiro que tudo, a uma sua posição política e não à investigação minuciosa dos acontecimentos.

Quanto à OLP é difícil perceber, se é que a OLP controla todas as manobras dos seus militantes e simpatizantes, qual seria o interesse em desencadear, neste momento, em Portugal, uma operação contra o embaixador de Israel. OLP que ainda há dias aqui foi recebida com todas as honras e está prestes a abrir um escritório em Lisboa.

"Há razões para acreditar nas declarações da OLP"

Diário de Lisboa

Sexta-feira, 16 de Novembro de 1979

O ATENTADO CONTRA EPHRAIM ELGAR

Mais "especialistas" estrangeiros em Lisboa

O «DL» está em condições de informar que se encontram em Lisboa, com o objectivo de tentarem colaborar nas investigações que deverão levar à captura dos autores do atentado contra o embaixador Ephraim Eldar, dois «especialistas» israelitas e um da RFA. Em meios ligados à luta antiterrorista fala-se também da eventualidade da vinda a Lisboa de polícias franceses. Estas informações não foram oficialmente confirmadas, e é de admitir que não venham a sê-lo, embora o «DL» tenha conhecimento de que a PJ portuguesa está a tentar conservar a sua autonomia, mantendo no entanto o seu contacto com polícias internacionais.

Socorrendo-se de numerosas informações fornecidas por testemunhas, a Judiciária ultimou dois retratos «robot» que constituem representações aproximadas dos dois terroristas cuja acção está já descrita.

Em meios próximos da Polícia põem-se, entretanto, algumas interrogações sobre os objectivos do atentado. A resposta à tradicional pergunta «a quem aproveita o crime» não é clara e a responsabilização da OLP pelo representante do Governo israelita, ontem, em Lisboa, convida a reflectir sobre esta questão. Observadores interrogam-se sobre o facto de os aparentemente «profissionais» terem falhado o que parecia ser o seu objectivo — matar o embaixador — e também sobre o facto de o «segundo homem», a quem normalmente estaria atribuído o «tiro de misericórdia», ter agido com uma granada ofensiva — o que contraria esta «função».

Entretanto, o croquis apresentado pela PJ confirma a versão do «DL» que afirmou serem pelo menos dois os elementos do «comando», tendo cada um deles fugido por itinerários diferentes. No esquema fornecido pela PJ figura ainda um carro que devia aguardar um dos fugitivos (ou a sua arma) junto do Hospital Particular e que foi recolhido o outro (ou a sua arma) no seu itinerário de fuga. O atirador que fugiu pela Rua Filipe Folque foi perseguido por populares até à Rua Pedro Nunes, perdendo-se aí o seu rasto.

O funeral do guarda-costas do embaixador, agente da Polícia de Segurança Pública, Ildelfonso Pereira, saiu ontem da Basílica da Estrela com destino ao cemitério de Pureza em Vila Real. Na Basílica da Estrela esteve um representante do Presidente da República, o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, que apresentou condolências à viúva do agente, a embaixatriz de Israel, o primeiro e segundo comandante da PSP e o encarregado de Negócios de Israel. Uma escolta constituída por agentes da divisão de trânsito da PSP acompanhou o préstito fúnebre até Vila Real.

Entretanto o Conselho da Revolução na sua reunião de ontem exprimiu também a sua indignação pelo atentado, assim como o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim que se referiu ao ataque ao embaixador considerando-o como exemplo, juntamente com a ocupação das instalações da Embaixada dos Estados Unidos no Irão, de problemas candentes internacionais.

«A GRANADA É RUSSA»

Esta manhã, em resposta a questões de jornalistas, um porta-voz da PJ informou que a granada ofensiva utilizada pelo «segundo homem» é de fabrico soviético: «A granada é russa», disse. Confirmou, também, que a metralhadora utilizada é uma nove milímetros.

É do seguinte teor o comunicado do CR:

«O Conselho da Revolução reunido em 14 de Novembro, na sua primeira reunião após o atentado terrorista visando o representante diplomático de Israel em Lisboa: 1. Manifesta publicamente o seu mais vivo e enérgico repúdio por este repugnante acto criminoso que tão pouco se harmoniza com os termos eminentemente pacíficos que caracterizam e são timbre da vida de relação na sociedade portuguesa; 2. Exprime o seu mais profundo pesar pela morte no cumprimento do dever do agente da PSP Ildelfonso Pereira; 3. Formula votos de pronto restabelecimento dos feridos vítimas do atentado; 4. Afirma a sua convicção de que o povo português saberá, apesar deste sangrento desafio, mobilizar as suas melhores energias para continuar a rejeitar quaisquer actos de violência, venham eles de onde vierem, sobretudo no momento em que serenamente os portugueses se preparam para decidirem o seu destino.»

Entrevistada ontem pela Televisão israelita, Maria de Lurdes Pintasilgo afirmou que quando recebeu Yasser Arafat em Lisboa não lhe escondeu as preocupações pelas vidas de israelitas e pela salvaguarda do Estado de Israel e dos seus direitos. Acrescentou não acreditar que o líder da OLP esteja a provocar o terrorismo internacional, e que pensa existirem razões para acreditar nas declarações da Organização de Libertação da Palestina quanto ao seu não-envolvimento no atentado de Lisboa: «Não serviria a causa palestiniana fazer tal atentado».

A importante entrevista, que «responde» às acusações feitas em Lisboa por um representante do Governo de Israel, segundo o qual a OLP seria a responsável pelo atentado contra o embaixador Ephraim Eldar, divulgará o ponto de vista oficial português junto da opinião pública israelita e internacional, no momento em que a direita está a fazer o possível para obter os máximos dividendos pelo acto terrorista.

«Excepto no que se refere às alas extremistas do espectro político da vida pública em Portugal — diz Lurdes Pintasilgo à TV israelita — todas as forças políticas no nosso País são unânimes em relação à questão palestiniana. Pensamos que a solução do problema palestiniano deve ser encontrada de preferência pelas partes envolvidas, e que deve salvaguardar o direito do Estado de Israel a existir dentro das suas fronteiras (anteriores à guerra de 1967) e o direito dos palestinianos à sua pátria».

Acerca da reunião internacional de solidariedade com o povo palestiniano, que decorreu em Lisboa com a presença de Arafat, Lurdes Pintasilgo sublinha que se tratou estritamente de «uma conferência não-governamental», e que a implicação do Governo de Lisboa se limita a ter permitido que ela se realizasse aqui.

«Estamos a empregar todas as nossas forças para tentar encontrar os autores daquilo que consideramos, obviamente, um tremendo crime» — disse.

A Primeiro-Ministro lembrou também que, enquanto embaixador de Portugal na Unesco, foi das primeiras pessoas a defender o desejo de Israel ser integrado na região europeia desta organização.

«A nossa política é favorável aos direitos do povo palestiniano, enquanto tal e, por outro lado, de apoio, de apreço e de amizade com Israel» — sublinhou Lurdes Pintasilgo.



Brigadas Revolucionárias reivindicam atentado a ex-militante do PRP

O assassinato de José Plácido, ocorrido na última quinta-feira, na Marinha Grande, foi reivindicado pelas «Brigadas Revolucionárias», em telefonema para a agência noticiosa ANOP.

Um indivíduo, que pela voz parecia ser jovem, reivindicou ao princípio da tarde de ontem, o atentado que vitimou o antigo militante do Partido Revolucionário do Proletariado, acusando José Plácido de «traição e corrupção».

Teriam sido, segundo a mesma fonte, as brigadas «Ernesto» e

«Luís» as executoras do atentado. Ernesto e Luís seriam nomes de militantes das Brigadas Revolucionárias já falecidos.

Com origem anterior ao 25 de Abril de 1974, as Brigadas Revolucionárias constituem o braço armado do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP).

Entretanto, os presos políticos do chamado «caso PRP» divulgaram um comunicado em que negam qualquer ligação com o assassinato do ex-militante do seu partido ocorrida na Marinha Grande.

De acordo com aqueles presos, «seria a mais completa estupidez» ligarem-se, «de qualquer modo a esta acção, no momento em que aguardam libertação por via da aplicação da Lei da Amnistia».

Após afirmarem que o assassinio causa-lhes «a maior repulsa», os «presos políticos antifascistas» consideram que este caso «é mais uma provocação habilmente bem montada», no sentido de voltar contra eles a opinião pública.

PRP considera provocação o crime da Marinha Grande

«Esta acção, vem objectivamente favorecer os desígnios da reacção e de todos os seus aliados» — salientam em comunicado os presos políticos ligados ao caso PRP, que se encontram no hospital-prisão de Caxias e na Penitenciária de Lisboa, referindo-se ao assassinato do ex-militante do PRP na Marinha Grande.

Começam por «alertar a opinião pública e o movimento de solidariedade que se criou à nossa volta, para acontecimentos recentes que visam atingir a nossa luta e de uma maneira geral a luta dos trabalhadores portugueses».

Afirmam depois «desconhecer o indivíduo» que apareceu assassinado na Marinha Grande no dia 15 de Novembro e a sua morte assinalam-na como «mais uma provocação, habilmente montada no sentido de voltar contra nós a opinião pública e desmobilizar o amplo movimento de solidariedade e unidade que se gerou em torno da nossa justa luta pela liberdade».

Por conseguinte, «a morte desse provocador, causa-nos a maior repulsa, neste momento de plena campanha eleitoral, em que a esquerda se empenha em barrar o caminho às forças reacçãoárias deste país».

E a terminar os presos antifascistas do PRP escrevem: «Não são manobras deste tipo que nos farão passar por terroristas ou bandidos, porque sempre através da nossa prática na luta de classes soubemos, e saberemos no futuro, afirmar a nossa dignidade revolucionária».

Carlos Antunes e Isabel do Carmo, por seu turno, escreveram também uma carta da prisão-hospital de Caxias dirigida aos chefes de redacção dos jornais, que numa atitude de solidariedade e no respeito pelos direitos humanos, acompanharam a recente luta dos presos antifascistas do PRP pela promulgação da lei da amnistia.

Nessa carta os dirigentes do PRP assinalam, nomeadamente: «Ao termos conhecimento do

atentado praticado na Marinha Grande, ficámos por demais alarmados, fizemos uma imediata nota à Imprensa e pusemos a circular um comunicado que quisemos que fosse assinado por todos os presos. Porque o esclarecimento da nossa posição é imprescindível para o conhecimento da verdade deste caso».

Posição do PS

«Este tipo de acontecimentos, vêm contribuir para a criação de um clima de insegurança contra o qual o PS se tem batido, como partido que defende a Paz e a concórdia entre os portugueses» — assinala por seu turno, um comunicado do gabinete de Imprensa do PS.

Noutro passo do comunicado, o PS acentua: «O PS, sem entrar no âmbito da especulação fácil e usual nestes casos, não pode deixar de condenar este acto de violência, pelo que ele representa em si mesmo e pelo significado que pode vir a ter».

Fundação Cuidar o Futuro



Apelo aos descontentes do PSD e aos da Esquerda não PCP

- 19-11-1979

A encerrar o comício socialista realizado no Coliseu do Porto, no qual tomaram parte Felipe Gonzalez e Mário Soares, este preconizou, ao usar da palavra, a necessidade do seu partido conseguir o apoio dos descontentes do PSD e da esquerda não PCP. «Teremos, por isso, de ser um partido plural, multifacetado, no caminho do socialismo, da liberdade, da justiça e da igualdade.» Na sessão estiveram presentes os candidatos pelo círculo local, António Macedo, Maria Barroso, Rui Viçar, José Luís Nunes e Carlos Lago.

O secretário-geral do Partido Socialista salientou posteriormente que se «a aliança de direita vencer as eleições, modificará a Lei Eleitoral e procurará institucionalizar o referendo para subverter a Constituição da República e modificar as leis económicas e sociais». Para Mário Soares a vitória eleitoral da AD conduziria a um «enfrentamento» da AD ao «Presidente da República e aos outros órgãos de soberania». «Tal seria a destruição do 25 de Abril.»

Condenando declarações de Sá Carneiro, que no caso da vitória da AD seria a «derrota do FR», o orador considerou depois que a AD «é um iceberg». «A superfície, estão dois partidos conhecidos — o PSD e o CDS, que se não distinguem na prática — e ainda os monárquicos e reformadores. A parte submersa esconde a ANP e o fascismo.»

Após sublinhar que a «única alternativa a um Governo de direita é um Governo de esquerda, é um Governo do PS», o líder socialista fez críticas à Aliança Povo Unido e apontou a necessidade de a esquerda «não dispersar votos».

«Há eleitorado, que vota no PS. São eles republicanos, sociais-democratas e socialistas. No entanto, o PS tem de procurar fazer o pleno dos seus votos de 1975 e 1976 que são cerca de dois milhões.»

Sobre o documento «10 anos para mudar Portugal — proposta PS para os anos 80», Mário Soares assinalou que o seu partido «tem soluções para ultrapassar a crise e salvar o 25 de Abril».

«Durante os Governos Constitucionais só pudemos esboçar algumas medidas de carácter social. E se o PS não teve possibilidades de fazer mais e se pediu aos trabalhadores para apertarem mais o cinto, foi por causa da crise económica e do espectro da bancarrota que pairou até firmarmos o acordo com o FMI, no II Governo, e que agora nos permite um certo desafogo e que nos desobrigou uma parte considerável das nossas reservas em ouro. Agora a situação é melhor e se formos Governo colocaremos acento tónico na realização das grandes reformas sociais para melhorar as condições de vida do povo português.»

«Não venho participar nas eleições, porque vocês bastam para se ganhar», principiou por afirmar Felipe Gonzalez secretário do PSOE. «A essência do socialismo,

é justiça, mais liberdade. Só há um caminho para construir uma sociedade mais justa, que é a solidariedade.»

Considerando que «a direita pode dar liberdade, mas nunca dá justiça, o secretário-geral do PSOE assinalou depois que se se «é cristão, maior é a razão para lutar pela justiça e pela liberdade» e que o «projecto socialista é aquele que pode alcançar a maioria da sociedade».

Accentuou depois Gonzalez que «são mais os que sofrem do que os que se aproveitam do sofrimento». «O socialismo tem de se impor pela razão e nunca pela força. Na razão está a força do socialismo». Concluiu afirmando que «a esquerda do socialismo não há nada, absolutamente nada. O socialismo é um compromisso de todos e não de um líder, e é a única alternativa à direita».

Salgado Zenha, que interveio também no comício, assinalou que «a aliança de direita possui os seus três ditos chefes».

«O seu quarto chefe é Kauliza de Arriaga, mas esse não aparece. Se a AD ganhasse, seria a vitória de Kauliza». E acrescentou: «Embora estejamos de acordo, em próxima revisão constitucional, que o Conselho da Revolução seja extinto, nunca andaremos de braço dado com os militares fascistas nem com Kauliza.»

Por seu turno, Abelino Macedo considerou que «o bem que não pudemos realizar esta sessão no Pavilhão dos Desportos para que a nossa resposta à reacção fosse ainda maior». A propósito da AD afirmou que ela tem a bênção do MURN, da CAP e do ELP e interrogou: «Se não estão na AD, então onde estão os ex-pides, os leonários, os salazaristas e os marcelistas?»

Finalmente, o metalúrgico Adelino Teixeira de Carvalho e a jornalista Fernanda Gomes, candidatos socialistas à AR pelo círculo do Porto, usaram também da palavra. O primeiro para chamar a atenção dos trabalhadores para a necessidade do voto no PS, enquanto a segunda se reportaria à necessidade de «desmistificar a onda triunfalista da direita que já canta vitórias». Destacaria as acções que o PS pensa dinamizar no campo da protecção à família à criança e ao planeamento familiar «único meio de impedir que por ano se registem 180 mil abortos no nosso país».

Entretanto, um militante socialista foi agredido no Porto quando se dirigia para o comício do PS — informaram fontes deste partido.

No hospital Eduardo Martins dos Reis 60 anos, distribuidor de carnes, recebeu seis pontos em consequência do ferimento.

Os agressores não foram identificados.

Soares nos distritos de Aveiro e Coimbra

Este fim-de-semana, Mário Soares percorreu diversas localidades dos distritos do Porto, Aveiro e Coimbra, estando hoje no de Leiria para presidir a um comício. às 18 horas, em Torres Vedras.

A sessão mais importante seria

a realizada no Teatro Aveirense, casa que serviu de palco, antes do 25 de Abril, a congressos da oposição democrática.

No uso da palavra, o líder do PS manifestou uma vez mais, a sua esperança na vitória dos socialistas e apelou ao voto dos sociais-democratas independentes ao lado dos votos socialistas. Referiu-se à recuperação dos trabalhadores para a posição de cidadãos de pleno direito no panorama da sociedade portuguesa, perguntando a dado passo: «Como é que o povo de Aveiro pode compreender que o dr. Sá Carneiro todos os dias nos seus comícios ataque o Conselho da Revolução, onde estão os capitães de Abril, e nada diga de Kauliza de Arriaga, um fascista de sempre? E' por essas e por outras que Sá Carneiro está longe de ser primeiro-ministro deste país.» Afirmando que «o PS é o direito à liberdade», o líder socialista diria depois: «Quando o País, em 1975 esteve à beira de uma nova tirania, fomos nós e não esta direita conservadora reaccionária, quem veio para a rua combatê-la. E' por isso que seremos nós, de novo, que vamos liderar este movimento que se opõe ao regresso ao passado. Lutaremos de novo se tanto for necessário.»

O secretário-geral do Partido Socialista, avisara, a propósito: «A AD quer regressar a formas de capitalismo selvagem que não resulta em parte nenhuma do mundo, acrescentando que o futuro da Europa está no socialismo e na liberdade».

Avelino Zenha, actual presidente da Assembleia Municipal de Espinho e também deputado à AR, mostrou-se convencido que em Aveiro, os partidos da AD irão diminuir a sua representação, devido ao descrédito em que caíram, a favor do aumento de prestígio grangeado pelo PS pela sua acção governativa. Foi ainda casos de corrupção nas câmaras de Vila da Praia, Oliveira de Azeméis e Estarreja (nesta última o presidente terá utilizado propriedades municipais para a propaganda da AD), da gestão do PSD.

O tom de ataque frontal à AD caracterizaria todas as intervenções, havendo, no entanto, um pouco mais de comedimento em relação à APU, principalmente a propósito do «voto útil». «No dia 2 de Dezembro», disse Manuel Alegre, «o povo terá a palavra e creio que não vai votar contra o povo, porque penso que já compreendeu que o voto PS, neste momento, é um voto útil». «No 25 de Abril, na liberdade, na democracia, na esperança e na perspectiva histórica da sociedade democrática. Por isso, penso que de facto Portugal vai mudar, mas não vai mudar para trás. Vai mudar para a frente — porque o PS vai ganhar as eleições».

Carlos Candal, na mesma linha, afirmou que o «PS está no «sprint» final para a vitória». A propósito do Partido Comunista afirmou que ele está «conectado com a AD. Deseja mesmo a sua vitória, day-after um grande feito para a sua apetência a longo prazo do poder. Porque ele ainda não o deseja agora, só mais tarde,

quando os comunistas dominarem a Espanha e a França — o que não acontecerá. «Acusou o PCP de uma política de tipo de «quanto pior melhor». Os monárquicos, de um modo especial não foram poupados por Candal: «Em Aveiro não há monárquicos, e neste país os que há são velhos fidalgores mais ou menos arruinados e com a mania dos partidos». Classificaria ainda a lista da AD pelo distrito aveirense como um «albergue de intelectuais lisboetas».

Ontem à noite, Mário Soares presidiu a um comício no Pavilhão dos Olivais, em Coimbra, depois de ter percorrido Penacova, Poiares, Oliveira do Hospital, Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Condeixa, Soure, Montemor, Buarces, Ountanhede e Oura.

A caravana que acompanhou Mário Soares ao norte do distrito de Coimbra encontrou algumas dificuldades em localidades da região, segundo notícia a Anop.

Em Travanca de Lagos, nomeadamente, o secretário-geral era aguardado por duas pequenas concentrações de populares, que se encontravam postadas frente a frente nas ruas da vila; de um lado militantes e simpatizantes do seu partido, do lado oposto activistas e aderentes da Aliança Democrática.

Muitos dos que injuriaram o antigo primeiro-ministro ostentavam emblemas da coligação conservadora e brandiam material de propaganda da mesma origem.

O cortejo automóvel, que chegou a atingir algumas dezenas de viaturas, passou sem incidentes, embora em vários momentos tenha sido elevada a tensão.

Anteriormente, em Tabua, cerca de quinze manifestantes, também identificados como sendo da AD, procuraram boicotar a pequena intervenção do dirigente do PS programada para aquela vila.

Em resposta Soares declarou que «os que têm razão não precisam de insultar ou agredir os outros». «Aqueles que nos insultam agora, nunca tiveram no passado a coragem de elevar a sua voz como nós fizemos contra o fascismo e o gongalvismo».

No entanto, a generalidade desta «marcha da liberdade», como a classificou Manuel Alegre, por zonas onde os socialistas são muito minoritários, decorreu sem incidentes e «com bastante entusiasmo».



Esquerda socialista teve negociações "secretas" com o PS

Rodeadas de sigilo decorreram, durante semanas, negociações informais entre socialistas e personalidades da esquerda socialista, designadamente o sector hoje maioritário no MES, com vista à celebração de um acordo de cooperação, o qual poderia culminar com a participação de militantes dos sectores mais moderados da chamada extrema-esquerda em listas do PS para as autarquias. Porém, o prazo para a apresentação das listas chegou sem que esses contactos fossem considerados suficientemente amadurecidos para que tal se verificasse, o que poderá concretizar-se, eventualmente, para 1980.

De qualquer forma, a abertura mútua entre socialistas e sectores mais radicais é evidente. Por um lado são patentes as boas relações entre Otelo Saraiva de Carvalho e os socialistas, tendo o estratega do 25 de Abril estado presente num recente jantar, por ocasião da vinda de dirigentes da Internacional Socialista a Lisboa. Nessa ocasião encontravam-se presentes, entre outros, Luís Moita, do CIDAC, e Vítor Wengorovius e Ferro Rodrigues, os dois últimos da direcção do MES. Por outro lado, Agostinho Roseta, Ferro Rodrigues, Luís Moita e Fernando Abreu (da BASE-FUT) participaram numa iniciativa

do PS a que nos temos vindo a referir chamada «Diálogos com...».

Os referidos contactos, informalmente conduzidos por Jorge Sampaio e José Manuel Galvão Teles, respectivamente do Secretariado e da Comissão Directiva do PS os quais teriam o «agrément» de Mário Soares, muito interessado, atrasaram-se em parte porque o MES esperou, até tarde, que a UEDS desse uma resposta sobre a possibilidade de listas conjuntas. Os dirigentes do MES (organização que no último congresso consagrou uma posição que se traduziu no abandono da «esquerda revolucionária» para se passar a situar na «esquerda socialista») estavam interessados em promover a participação de diversos militantes daquela área em listas, quer do PS quer da APU. Punham como limitação que as listas da APU não tivessem «uma orientação sectária» e que as do PS não se caracterizassem por uma orientação de direita nem fossem passíveis de críticas que pusessem em causa a honestidade da sua composição.

Punha-se designadamente a hipótese de presenças, como independentes, nas listas da APU e do PS à Assembleia Municipal de Lisboa.

A impossibilidade de se chegar, em tempo útil, a um acordo minimamente estruturado, gorou, por-

tanto, uma participação activa. De qualquer forma, alguns elementos da esquerda socialista, e não só do MES (esse é o caso de Luís Moita) estão a colaborar em certo tipo de actividades. O MES deverá, proximamente, estabelecer contactos com pequenos grupos como o CES e o RAS para discutir uma acção em relação ao futuro.

De qualquer forma, a nível local, há casos isolados de presença de elementos da esquerda socialista em listas autárquicas.

Nem só, de resto, nos sectores mais próximos do MES tal abertura se verificou. Mesmo em sectores da UDP ou próximos se chegou a aventar essa participação (de resto a «linha Acácio Barreiros» da UDP e a tendência maioritária do MES

encontram-se presentemente bastante próximas).

Na Madeira pôs-se a hipótese de o padre Martins, do Machico, integrar a lista socialista, o que só não se concretizou porque ele não quis inviabilizar a candidatura da UDP.

Entretanto, PS e UDP negociaram na terça-feira passada a utilização da Fábrica Messa, em Mem Martins, para palco de propaganda eleitoral. Para o mesmo dia e local estavam previstas sessões de esclarecimento de Mário Soares e do major Tomé, mas os socialistas entraram em contacto com a UDP e conseguiram o adiamento da sessão destes últimos, não prejudicando assim o trajecto e o programa que o secretário-geral do PS cumpriu nos arredores de Lisboa.

Acácio Barreiros

...ria.
...desta mara-
...81, importa de-
...n questões funda-
...nto à revisão constitu-
...integração europeia, ou
...e fundamentalmente —
...ato às conquistas do 25 de

P. — Uma última pergunta. Consta em vários sectores que o Acácio Barreiros se candidatará em 1980 pelo PS. Será que isto tem qualquer fundamento?

R. — Olhe, eu tenho por hábito responder pelas minhas afirmações e pelos meus actos. Se tivesse que desmentir tudo o que para aí consta a meu respeito, não fazia outra coisa na vida!

Fundação Cuidar o Futuro

o diário ■ 17 Novembro 1979

PS anuncia «diálogos abertos»

«Diálogos abertos com o PS» é uma iniciativa eleitoral que o Partido Socialista vai promover a partir de segunda-feira e até ao dia 28.

Trata-se de uma iniciativa, explicou ontem Arons de Carvalho no encontro diário com a Imprensa, em que representantes do PS «dialogarão com personalidades independentes sobre aspectos diversos da vida portuguesa».

Os debates decorrerão na Casa da Imprensa, sempre com início às 21 e 30 e de acordo com o seguinte calendário: dia 19, António Reis, Benard da Costa e Eduardo Lourenço dialogarão sobre cultura com Augusto Abelaira e Nuno Bragança; modera Maria Belo; dia 20, o tema é Informação, os convidados são Adelino Gomes, José Rebelo e Vicente Jorge Silva e representam o PS, Arons de Carvalho, João Gomes e Soares Louro; dia 22, Nuno Brederode Santos e Eurico Figueiredo dialogarão com Sêrvulo Correia, António Rebelo de Sousa e Guilherme Oliveira Martins sobre «A ASDI e os anos 80»; modera

Rodolfo Crespo; dia 23, o PS representado por Jorge Sampaio, Teresa Ambrósio, Joaquim Mestre e Henrique de Barros (moderador) convida Acácio Barreiros, Luís Moita, Eduardo Ferro Rodrigues e Afonso de Barros para falarem sobre «A esquerda não alinhada»; dia 26, o tema é «Os cristãos nos tempos de hoje», moderado por José Manuel Galvão Teles, estando o PS representado por Miller Guerra, Lino Neto e José Leitão; como convidados, Sidónio Pais, padre Miguel Ponces de Carvalho e José Carlos de Sousa; dia 27, o PS (Vítor Constâncio, Gomes Cardoso, Carlos Melancia e Manuel Moura) dialoga com João Botequilha, Protes da Fonseca e Miguel Caetano sobre «sector público, sector privado»; como moderador, Rui Vilar; dia 28, o tema é «que sindicalismo?», modera Emídio Santana e os intervenientes são Agostinho Roseta, Albertino Antunes, Fernando Abreu e Furtado Fernandes, como convidados, Maldonado Gonelha, Marcelo Curto, Delmiro Correia e Adelino Teixeira de Carvalho, pelo PS.

Segunda-feira, 19 de Novembro de 1979 / Portugal HOJE

UDP: não houve encontros com o PS

«São falsas fofas as notícias alusivas a negociações secretas ou não com esse partido (PS). Esta foi sempre a posição da UDP ao longo de quatro anos. É essa mesma posição que continuamos a defender» — afirma a União Democrática Popular, a propósito de uma notícia veiculada na última edição de «O Jornal».

Aquele semanário afirmava que tinham decorrido sob sigilo encontros entre elementos e organizações da esquerda revolucionária, tendo em vista a possibilidade deste integrarem listas socialistas para as autarquias. Entre estes elementos contava-se Acácio Barreiros e os que como ele estão politicamente dentro da UDP.

Vem esta organização protestar contra a publicação de «informações completamente falsas» feitas por «O Jornal».

Afirma a UDP ser pública e constantemente repetida ao longo da campanha a sua posição sobre o PS. Para aquela organização, o Partido Socialista foi «um dos grandes responsáveis pelo golpe reaccionário do 25 de Novembro e pela política de envidamento ao estrangeiro que tem arruinado o País».

A UDP afirma que tem denunciado que o PS se prepara para se aliar com a direita depois das eleições e que o voto neste partido é, pois, inútil. Afirma serem falsas as negociações da UDP com o PS.

Relativamente a outra notícia, referindo um entendimento entre estas duas forças quanto à utilização da sala para uma sessão eleitoral na Messa, a UDP diz ser aquele igualmente falso e que o adiamento da sua sessão se ficou a dever a razões da campanha do major Tomé.

MES aconselha voto eficaz contra AD



• Vítor Wengorovius: PS é o travão fundamental ao avanço da direita

Segunda-feira, 19 de Novembro de 1979 / Portugal HOJE

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

20-11-1979

Fundação Cuidar do Futuro

UDP tece críticas às indicações do MES

Em resposta à conferência de imprensa dada pelo MES, na qual era lançado um apelo à desistência da UDP «na grande maioria dos círculos, a favor da APU e do PS», a União Democrática Popular divulgou, ontem, uma nota sobre a sua posição.

«A direcção do MES», especifica o referido documento, afirma que o voto eficaz do próximo dia 2 deve ser um voto contra a direita. E acrescenta a UDP: «Ter-se-á a direcção do MES esquecido que a maioria PS-PC, que durante quatro anos esteve na Assembleia da República, não conseguiu impedir que tivessemos governos cada vez mais à direita? Ter-se-á a direcção do MES esquecido que foi o PS que meteu o CBS no II Governo Constitucional e que, hoje, se prepara para se aliar com o PPD? Ignorará a direcção do MES que o PCP persiste na via de compromisso com Eanes e a direita, e

ateca as lutas dos trabalhadores, como fez com os CTT?»

«Não somos — diz a UDP — um pequeno grupo como o MES. Somos um partido implantado a nível nacional com um programa político próprio, e uma alternativa para resolver os problemas do País».

Mais adiante, a UDP defende que «a direcção do MES segue um caminho escorregadio de compromissos com a direcção do PS. Invariavelmente, com a sua política de desistências a favor do PS e do PC, a frente eleitoral que a UDP e outros antifascistas tentaram erguer. Vem agora, mais uma vez, com este apelo, afundar-se mais na via do compromisso com a política do PS, de colaboração com a direita».

«Não é esse o nosso caminho — termina o documento. A UDP reafirma: o único voto eficaz contra a direita é o voto na UDP».

«A AD assume-se cada vez mais como a direita antidemocrática, por isso o MES revela uma certa preocupação com a perda dos votos de esquerda por abstenção» — realçou ontem Vítor Wengorovius em comentário final a um comunicado da Comissão Política do MES, no qual se aconselha o voto eficaz contra a AD, logo o voto no PS ou na APU, conforme as circunstâncias.

Vítor Wengorovius realçou ainda «o papel consciente e responsável que o MES está a desenvolver — no sentido do esclarecimento dos eleitores» e mesmo «junto das formações de extrema-esquerda como o PSR e UDP e a UEDS para que desistam nos círculos onde vejam que não têm possibilidades, e isto independentemente do valor político do PS e da APU, pois trata-se de bater a reacção».

Por fim, Wengorovius afirmou que o «PS é o travão fundamental ao avanço da direita», como de resto está bem patente no teor da comunidade da CP do MES.

Comissão política

Reuniu-se ontem para definição política da posição estratégica, sobre o período eleitoral em curso, a Comissão Política do MES que, no final, distribuiu um comunicado, do qual transcrevemos as passagens mais significativas: «Como já foi oportunamente tornado público, o MES não concorreu às eleições intercalares, por considerar que nas presentes condições só faz sentido apresentar às urnas candidaturas, que por um lado tenham programas aprofundados, fruto de um trabalho amadurecido e que constituam resposta ao debate sobre os problemas concretos do povo e, por outro lado,

não apresentem com a coesão e a força necessária que lhes possa garantir possibilidades de eleições de deputados. E tal não aconteceu para além de razões objectivas, devido às posições de auto-afirmação partidária tomadas quer pela UDP quer pela UEDS, vindo estas a apresentar candidaturas isoladas que de forma nenhuma respondam às condições mínimas de uma candidatura unitária com verdadeira credibilidade».

Mais adiante, o comunicado salienta que «a atitude politicamente correcta é saber renunciar ao voto de afirmação e optar por um voto eficaz» de forma a «evitar que o País mergulhe numa dependência cada vez maior, mais desorganizada e mais degradante do capitalismo internacional e a garantir que se mantenham em aberto as possibilidades de encontrar um caminho que introduza uma mudança».

Sobre as previsões eleitorais do escrutínio de 2 de Dezembro próximo, o MES adverte «para o que possa suceder se a AD vier a alcançar uma representação parlamentar superior à do PS, o que se pode evitar através de uma decisão lúcida de sectores indecisos e ainda de que não cometam erros nos sectores afectos às forças de esquerda».

«O MES apela assim a que: a) se tome como critério central o voto eficaz contra a AD; b) o voto na APU e no PS se guie, sobretudo, pela efectiva possibilidade de eleição dos deputados; c) que partidos como a UEDS e a UDO venham a desistir responsabilmente de se apresentar às urnas na grande maioria dos círculos eleitorais onde é de todo em todo evidente não lhes ser possível fazer eleger deputados, e onde sem constituir uma alternativa suficiente ao PS e à APU poderão impedir a eleição de deputados de esquerda».

EM BRAGA 19-11-1979

Álvaro Cunhal pediu votos para o PS

Uma intervenção de fundo do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, dominou o comício promovido, ontem, em Braga pela Aliança Povo Unido, definindo a estratégia eleitoral da APU, Álvaro Cunhal afirmou:

«A hipótese da vitória democrática é fundamentalmente a votação no PS e na APU, de forma a que, além dos deputados do MDP eleitos, os deputados do PS e do PCP constituam a maioria na Assembleia da República».

Referindo-se depois ao «entendimento» entre socialistas e comunistas, Cunhal salientou que para ele se torne possível «é indispensável um significativo reforço do Grupo Parlamentar do PCP». E precisou:

«É desejável que nem um único eleitor que em 1978 votou PS vote agora na aliança reaccionária. É desejável que antigos votos do PPD e do CDS vão agora para o PS, porque a aliança reaccionária é o inimigo principal do povo português, é o perigo principal para os trabalhadores e para a democracia. Mas é também desejável (e mais do que desejável, necessário para a democracia) que muitos milhares de votos passem do PS para a APU, para o PCP, porque uma votação em massa na APU, o reforço do Grupo Parlamentar do PCP, além da eleição dos deputados do MDP, constituem uma condição essencial, indispensável para que a maioria numérica de comunistas e socialistas na Assembleia da República se possa tornar numa maioria democrática real e efectiva».

Noutro passo, Cunhal afirmou que a campanha pré-eleitoral e eleitoral do PC e da APU «mostra que é absolutamente possível eleger deputados nos distritos onde em 1976 não se elegeram nenhum».

Referindo-se ao voto dos cristãos na APU, o secretário-geral do PCP, a encerrar o seu discurso afirmou que «muitos milhares de cristãos vivem hoje na grande e fraternal casa dos comunistas — o PCP — e centenas de milhares de cristãos, com o PCP, com o Portugal de

Abril, darão o seu voto à Aliança Povo Unido. O distrito de Braga não fugirá a essa regra. Nas próximas eleições Braga fará uma demonstração clara dos sentimentos democráticos do seu povo».

Os indecisos entre a APU e o PS

... até a UEDS. Ora, como o PS se tem revelado incapaz de explicar de forma minimamente criteriosa como poderá conseguir que Mário Soares se torne Primeiro-Ministro (a ponto de já admitir a manutenção de Pintasilgo depois de 2 de Dezembro), é de prever que a tendência dos indecisos de esquerda seja maioritariamente favorável à APU e à UEDS, que aliás tem feito naturalmente campanha sobretudo orientada contra os socialistas.

20 NOVEMBRO 1979

Os indecisos entre a AD e o PS

... com o registo de fundos e fundos e afim. Os problemas que agora o preocupam são intelectuais e não lendo os longos artigos nos jornais, não faz uma análise histórica dos problemas; limita-se a ver o estado a que as coisas chegaram. Votou PS ou PPD nas últimas eleições, porque é anticomunista naturalmente, e porque estes partidos lhe mostravam a Europa que, por familiares ou pelos meios de comunicação social, miticamente fez corresponder à concretização dos seus anseios.

Agora hesita. O PS não lhe agrada, e tem receio de que a Aliança Democrática não seja capaz de resolver os problemas. Mas é indiscutível que a imagem de unidade que a AD revela atrai o seu sentido de estabilidade e o seu desejo de ver as coisas mudarem para melhor. Receia no entanto que a vitória da AD venha a gerar conflitos sociais com os comunistas.

Por este retrato "robot" se poderá concluir da dificuldade que os socialistas terão em, directamente, captarem o voto dos indecisos deste tipo. Só o captarão na medida em que a AD o não consiga fazer, pois então o indeciso, ou optará pela abstenção ou, apesar de tudo, irá dar mais uma "chance" aos socialistas, resmungando contra isso, mas justificando-se com o célebre adágio que fala de moscas que mudam e com a filosofia dos cães, que a certa altura deixam de enxotar as que se lhe agarram à pele.

A incógnita está pois na AD. Se esta não conquistar os indecisos, o que seguramente lhe dará a maioria absoluta na próxima Assembleia, isso ficar-se-á a dever quase exclusivamente à incapacidade que revele para sensibilizar o eleitor médio atrás descrito. A forma como a campanha está a ser estruturada denota, quanto ao escopo referido, em especial um aspecto positivo que é dado pela recusa em resvalar para o terreno "polítiquero", em que habilmente o PS a pretende situar. Mas está a faltar à AD dar uma imagem de força visível, que exigirá uma insistência na propaganda visual (cartazes, faixas, caravanas automóveis, etc.) até ao momento mais do que discreta. E o indeciso é, para além de tudo o mais, um fraco. Votará em quem mostrar que é forte, seja ou não.



Fundação Cuidar o Futuro





«PDC e «o diário» são cúmplices»

— última descoberta da AD

O PDC E «o diário» são cúmplices — revela a coligação PSD/CDS/PPM, a propósito da divulgação feita a «o diário» da denúncia de um candidato do PDC por Aveiro de que o CDS impediu a entrada do grupo na coligação para poder receber sozinho um donativo de 32 mil contos da Fundação Konrad Adenauer, da RFA.

«Não deixa de ser oportuno chamar a atenção dos portugueses que ainda, por qualquer razão,

confiam no PDC, para o facto de o jornal comunista ter sido o único a publicar as afirmações do referido candidato. Fica, ou não, clara a cumplicidade entre comunistas e PDC contra a AD e o CDS?» — interroga-se a coligação da direita. No comunicado recusa-se a acusação feita pelo candidato do PDC de que o CDS queria só para si os 32 mil contos da instituição ligada ao partido da extrema-direita CDU frisando-se que «o CDS não é subsidiado por nenhum

país estrangeiro, nem por qualquer fundação de países amigos».

Na sequência da troca de improperios entre os dois partidos que se reclamam da democracia cristã, afirma-se ainda no comunicado que «as verdadeiras razões porque o PSD e o CDS não estabeleceram o acordo com o PDC são de natureza política e já sobejamente divulgadas. Para além de tudo, a AD não poderia firmar acordos com um partido que não tem credibilidade».

ALBERTO ANTUNES (PS) **a TARDE**
19 de Novembro de 1979

As duas Alianças copiam-se e imitam-se

Alberto Antunes, candidato do Partido Socialista pelo círculo de Setúbal e antigo Governador Civil do distrito da Guarda presta-nos hoje o seu depoimento sobre as próximas eleições:

«Aproximam-se as eleições para a Assembleia da República e com elas o início de uma campanha eleitoral para as Autarquias Locais.

Antes de mais, é eminentemente desejável e é necessário que o eleitorado assuma as suas responsabilidades. E no dia 2 de Dezembro ele vai mesmo assumi-las, procedendo com a mesma serenidade com que sempre utilizou nas anteriores eleições.

Decorrido cerca de um terço da campanha eleitoral podem os eleitores fazer já o balanço das promessas que as diversas forças políticas lhes fazem e do tipo de actuação que provavelmente irão ter se fossem Governo.

É curioso verificar como as duas «Alianças» se copiam e imitam, procurando radicalizar os portugueses e introduzir na sociedade portuguesa factores de profunda desorientação.

A procura de bipolarização é afinal a tentativa da clivagem e do choque entre os partidos.

Da Aliança Democrática também conhecida como «Aliança Desestabilizadora» observa-se um tom caracterizado pela demagogia e irresponsabilidade verbal. A sua campanha é centrada num ataque despujado às pessoas e às instituições. Verifica-se desta forma que a sua mensagem é vazia de conteúdo, o seu projecto é irrealista e o seu desconhecimento dos problemas é total. Só assim se compre-

ende que a calúnia e a infâmia sejam as suas únicas bandeiras. Bem pouco afinal, para quem tinha pretensões a governar um país!...

Esta forma de actuar é, afinal, uma cópia exacta e fiel da irresponsabilidade verbal que caracterizou este País em 1975 e que agora parecem querer fazer ressuscitar. E é até por isso, cientes que o Povo Português rejeita toda a espécie de irresponsabilidade e de demagogia que o PCP, juntamente com o MDP/CDE, constituiu um novo partido — a APU — para esconder a sua verdadeira face e fazer esquecer a sua actuação num passado recente.

É, sobretudo por isto, que surge aos olhos dos portugueses, como única viável alternativa, o voto no Partido Socialista.

A democracia — que além de ser uma forma de organização política é também uma filosofia de vida — deve ser cada vez mais, uma lição de civismo. Para tanto, aí está a campanha do PS procurando repelir toda a agressividade. O seu objectivo é mostrar aos portugueses que afinal ainda há uma força política capaz de mudar Portugal em paz e tranquilidade.

Essa força é o Partido Socialista que quer no passado quer através da sua actuação nas autarquias locais, mostrou já ser a única aposta num Portugal moderno e progressivo.

E, apesar das campanhas de intoxicação que as alianças desencadearam, os portugueses provaram já que têm serenidade e com ela ajuizarão, votando no Partido Socialista, isto é, votando pelo Progresso, pela Paz, pela Tranquilidade».

A direita e as eleições para a Assembleia da República

por Luís Beiroco*

É já um lugar comum referir a importância nacional de que se revestem as eleições de 2 de Dezembro. Pela primeira vez, os portugueses são postos perante uma clara opção, quer quanto ao modelo de sociedade em que desejam viver e educar os seus filhos, quer quanto ao governo mais capaz de conduzir um processo de mudança e de lançar os alicerces do Portugal de amanhã.

De um lado, está a Aliança Democrática defendendo um projecto de tipo europeu ocidental, com base numa economia social de mercado e no pluralismo ideológico, cultural e político. Do outro lado, está um projecto colectivista e burocrático propugnado por socialistas e comunistas.

De um lado, está o governo da Aliança Democrática com uma política clara para reconstruir Portugal, libertando a sociedade da tutela asfíxica que o Estado marxista lhe impôs. Do outro lado, está o governo minoritário socialista que se propõe a sobreviver com o apoio dos comunistas, sem programa e sem projecto que não seja a manutenção da ambiguidade em que temos vivido.

É perante esta situação que os eleitores que se reclamam da Direita e dos seus valores têm de decidir o seu voto.

Compreende-se que, uma vez que concorre à eleição um partido que integra independentes da direita nas suas listas de deputados, alguns pensem que o problema não se põe.

Um raciocínio deste tipo representa no entanto uma visão demasiado apressada e simplista da actual situação política portuguesa.

Em primeiro lugar, e desde logo, deve-se atentar no sistema eleitoral vigente: a representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt aplicado a círculos distritais, vem inviabilizar a actuação dos pequenos partidos, no que respeita à sua participação em eleições nacionais. Estes podem, ao concorrer, prejudicar a eleição de alguns deputados dos partidos ou coligações com quem tenham maiores afinidades, mas muito dificilmente elegerão os seus candidatos.

Além disso, todo o processo democrático tem sido dominado em Portugal por uma dinâmica de voto útil e mais uma vez, nas próximas eleições, muitos serão os Portugueses a interrogarem-se sobre a utilidade do seu voto.

Em segundo lugar, importa que os cidadãos que se reclamem de uma direita, moderada e realista, isenta de propósitos revanchistas que a maioria da Nação não toleraria nunca, se interroguem sobre os valores que lhes são mais caros e acerca de quem pode assegurar, com

continuidade e eficácia, a sua prossecução.

Para a direita portuguesa, a estabilidade governamental é uma condição "sine qua non" de qualquer projecto de reconstrução nacional. A restauração da autoridade do Estado, a definição de uma política externa que, atendendo aos valores tradicionais da Nação portuguesa e à defesa dos seus interesses permanentes, trace o papel de Portugal na Europa e no Mundo, depois da viragem histórica que a descolonização impôs, são também preocupações fundamentais para a Direita. Finalmente, assegurar o funcionamento de um sistema económico, assente na livre iniciativa e no mercado, capaz de permitir que o período de transição até à plena integração na Comunidade Europeia se faça sem sobressaltos de maior e com o mínimo de custos sociais, eis outro desafio que a direita não poderá enjutar.

A Aliança Democrática é uma garantia de estabilidade. Só com o apoio de uma maioria estável se poderá, pacificamente e matando-se as liberdades — única conquista que resta das promessas não cumpridas de Abril — restaurar o Estado, conhecer e executar uma política externa ao serviço dos portugueses e das Comunidades, criar uma economia social de mercado, capaz de vencer a crise económica e de sanear o orçamento e as finanças públicas.

O pragmatismo que também é um valor da direita impõe pois o voto na Aliança Democrática.

A Aliança Democrática é integrada por três partidos políticos — PSD, CDS e PPM — e por personalidades independentes agrupadas à volta do Manifesto Reformador. A coerência do projecto nacional que propõe aos portugueses não será afectada pela composição da nova maioria. Muito pelo contrário, será através da diversidade que se atingirá a unidade que a todos impõe a correcta percepção do interesse nacional. Dentro da organização pluralista da nova maioria, numeroso grupo de deputados será particularmente sensível aos valores mais caros, ao pensamento e à prática política da direita.

Votar na Aliança Democrática será também um acto de confiança naqueles que da forma perseverante têm lutado dentro dos partidos políticos pela defesa intransigente de valores que não são propriedade de nenhum grupo, mas que constituem inalienável património da Nação portuguesa.

(*) — Membro da Direcção Nacional da Campanha da Aliança Democrática e candidato a deputado da AD pelo círculo de Lisboa

Em Tavira o Mestre é o mesmo para a UDP e para PSD/CDS/PPM!

Chama-se José António da Conceição Mestre e o seu nível de flutuação ideológica não tardará a extravasar o Algarve e a ser conhecido em todo o País: é candidato à Assembleia de Freguesia da Conceição de Tavira nas listas da UDP e da coligação PPD/CDS/PPM.

Pequenas variantes nos elementos de identificação não chegam para construir duas pessoas diferentes. A população de Tavira conhece o mesmo Mestre quer seja com o bilhete de identidade 4993313 de 11/8/70, com que se apresentou para

a candidatura UDP, ou com o BI 4693313 de 17/3/75, entregue no processo utilizado pela coligação de direita. Nas duas candidaturas Mestre é comerciante, mas tem 33 anos para a UDP e 32 anos para o agregado PPD/CDS/PPM. Para uso de "esquerda", José António da Conceição Mestre é filho de António da Conceição Mestre e de Aldegundes da Conceição; para uso da direita é apenas filho de António da Conceição Mestre.

O Algarve está actualmente invadido por curiosidades eleitorais como esta, em que

a UDP desempenha um dos principais papéis. João Moitinho, por exemplo, encabeça a lista da UDP para a Câmara Municipal de Tavira mas em matéria de eleições intercalares para a Assembleia da República preferiu optar pelas cores da UEDS. Eduardo Guerreiro Munhoz tem escolhas do mesmo tipo: para a Assembleia de Freguesia de Vila Real de Santo António apresenta-se em quinto lugar na lista da UDP, como pedreiro; para a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António é o 10.º na lista da UEDS, como construtor civil.

Os algavios constatarem ainda que a ANP está bem colocada nas listas dos próximos actos eleitorais. Em Tavira, o primeiro candidato da coligação de direita à Câmara Municipal, José Fernando Chagas Cansado, foi filiado no partido marcelista. Em Loulé, antes de ser — agora — primeiro candidato do PPD à Câmara Municipal, Júlio Cristóvão Mealha pertenceu aos quadros da ANP. O mesmo aconteceu com Aureliano do Carmo Cruz, que agora é um dos primeiros nomes da lista do PS para a Assembleia de Freguesia da Conceição de Tavira.

Tentando confundir os eleitores do Norte

20 NOVEMBRO 1979 O DIA

APU distribui propaganda sua com fotografias de líderes da AD

Fundação Cuidar o Futuro



Por entre o emaranhado de "slogans", palavras de ordem e promessas, é já possível extrair da campanha eleitoral — a dez dias do seu termo — algumas lições que nos podem ser de extrema utilidade na hora decisiva de depositarmos o nosso voto na urna, que irá encerrar o sentido do nosso futuro político próximo. Concretamente, pode dizer-se que a nossa escolha é agora mais fácil. Para quem ainda tivesse dúvidas acerca dos seus processos, os partidos de esquerda estão a imprimir às suas actividades de propaganda um cunho, de onde ressalta a calúnia, a mentira, o confusãoismo e a agressão física e ideológica, não olhando aos meios para atingir os fins.

Com efeito, juntando-se às notícias que dão conta de agressões comunistas na pessoa de militantes e simpatizantes da Aliança Democrática, ocorridas este fim-de-semana em Alcochete, Moscavide, Setúbal, ilhas de Arraiolos (Alentejo) e outras localidades (delas resultando pessoas espancadas — incluindo senhoras — e danos em inúmeras viaturas), sabe-se também que a APU-PC obrigou à interrupção de um comício da AD em Aljustrel. Segundo esta força eleitoral, o incidente foi premeditado, uma vez que indivíduos ligados ao PC fizeram espalhar por Aljustrel boatos de que o comício da Aliança "iria dar para o torto".

Mas não se ficam por aqui os estratagemas dos comunistas para desmobilizar os enormes apoios de que a AD goza junto do eleitorado. Puxando os cordões tortuosos da sua imaginação, os sequazes de Cunhal demonstram ser mestres na arte de confundir. É assim que no Norte estão a distribuir dois panfletos, bem elucidativos... Um deles, é um desdobrável, cuja frente mostra as fotografias de Sá Carneiro e Freitas do Amaral. Por baixo, um desenho com a bandeira nacional e, em rodapé, as palavras "vota APU". Apenas no interior do folheto se faz alusão às personalidades e propostas políticas comunistas. Parece incrível, mas as provas aí estão a dar crédito a tais informações.

O segundo panfleto, é mais subtil, joga com a designação AD: na primeira linha, as palavras "Aliança" (em letras gordas) do Povo (letra miúda) e, na segunda linha, as palavras vitória (letra miúda) democrática (letra gorda), seguidas do símbolo da APU. A quem lê ressaltam do conjunto duas palavras: precisamente... Aliança Democrática, que se pretende relacionar com a famigerada sigla das algemas, perdão das "argolinhas"...

Foi Pinto Balsemão, quem denunciou este fim-de-semana num comício no Porto esta campanha "desonestista" dos adversários da AD, que é bem o sinal dos "espíritos perversos" que lhe estão por trás. Para aquele candidato da Aliança estes meios "são indignação suficiente do seu estof moral" e o reconhecimento de que "se sentem batidos de antemão", procurando minimizar "os efeitos do triunfo da AD".

TRABALHADOR DESPEDIDO DE UCP POR INTEGRAR LISTA DA A.D.

Do Alentejo, onde o PC continua a impor um jugo de terror, que a passividade do poder instituído legítima, chega também a informação de que um trabalhador de nome Carapinha, ao serviço da UCP "Sol Nascente" foi despedido pelos funcionários comunistas, por integrar a lista da Aliança Democrática à assembleia municipal do concelho de Vendas Novas.

Foi o próprio Sousa Tavares quem o revelou num comício em Vendas Novas, onde não deixou de afirmar que "é preciso libertar o povo alentejano", para que "não se vejam pessoas a espreitar atrás das cortinas com medo de sair à rua". É preciso também — acrescentaria — "que os trabalhadores rurais tenham liberdade e não vivam nem sejam tratados como rebanhos".

Freitas do Amaral garante

Autoridade será exercida no Alentejo

O dirigente centrista Freitas do Amaral disse ontem em Évora que «o êxito estrondoso deste comício da AD tem como significado que aqui também é e será sempre Portugal». O líder do CDS falava durante um comício da Aliança Democrática realizado ontem à tarde em Évora, durante o qual falaram também Sá Carneiro e Gonçalo Ribeiro Telles.

Freitas do Amaral referiu que este comício da AD tem «mais significado depois de tudo o que se passou no Alentejo: uma série de ilegalidades e perseguições que se quiseram impôr aqui». O dirigente centrista referindo-se ao programa eleitoral da AD, frisou que um dos seus pontos fundamentais «é a garantia do cumprimento das leis aprovadas na Assembleia da República e a garantia do exercício legítimo da autoridade de estado que tem faltado no Alentejo».

Freitas do Amaral prestou uma tripla homenagem: «a todos os alentejanos pela coragem que revelaram à opressão comunista no tempo do gonzalvismo, às forças que foram e são a verdadeira guarda avançada do Alentejo (as mulheres e a juventude) e aos elementos da GNR pelo que têm feito e sofrido».

«DE DIREITO E NÃO DE DIREITA»

Freitas do Amaral disse, por último, referindo-se aos socialistas, que «hoje é claro que o PS deixou de ser aquilo que parecia em 1976, a barreira entre a de-

mocracia e o comunismo, pois este partido em muitos pontos, nomeadamente na agricultura, é igual ao PCP».

Sá Carneiro, por seu turno, referindo-se a acusações de sectores que considerou de esquerda, disse que «com homens como estes que temos aqui — os candidatos — Assembleia da República — devemos sorrir das acusações de reaccionários que nos são feitas pelos nossos adversários».

«Ao contrário deles — prosseguiu o dirigente social-democrata — não queremos continuar em Portugal e no Alentejo com o

que temos, queremos mudar». O Alentejo ainda não é terra livre, Portugal ainda não vive em liberdade e segurança — afirmou.

Depois de recordar, a este propósito, os incidentes de Montemor-o-Novo e os recentes atentados bombistas, Sá Carneiro disse: «Ao contrário do que os nossos adversários dizem, nós somos de Direito e não de direita».

O dirigente monárquico, Ribeiro Telles, afirmou, por seu lado, que o número de pessoas presentes no comício — realizado na Praça de Touros da cidade — é a certeza de que vamos eleger

mais do que um deputado por Évora». Referindo-se à economia portuguesa, o dirigente do PPM afirmou que «a recuperação da economia começa pelo Alentejo e pela agricultura» e frisou que «a pseudo-Reforma Agrária é a maior burla do século, destruindo e esbanjando recursos necessários no futuro».

Depois de afirmar que «a Reforma Agrária a que assistimos é um passo na instauração de um Estado totalitário comunista», Ribeiro Telles disse que «o PS não soube, ou não quis, libertar a Reforma Agrária do totalitarismo comunista».

Violência 'aquece' campanha eleitoral

Fundação Cuidar o Futuro

No sábado, em Arraiolos, a provocação assumiu aspectos mais graves. Uma caravana de carros da Aliança Reaccionária percorreu a aldeia de Ilha de Baixo — subúrbio da sede do concelho — tocando as buzinas enquanto os membros da comitiva desafiavam os moradores (pág. 16). A serenidade do povo das Ilhas evitou incidentes de consequências imprevisíveis. Mas é significativo que a brigada provocatória fosse comandada pelo cabeça de lista da reacção às eleições para a Câmara, o sr. António Barbosa Correia, que se esmerou em slogans anticomunistas e palavrões obscenos. E é ainda mais sintomático que o industrial sr. João Cidade, ex-presidente da Câmara Municipal (no tempo do fascismo), tivesse ameaçado resolver o assunto à pistola.

Não é realmente por acaso que o sr. Sá Carneiro teve por companheiro e amigo Ramiro Moreira, o mais famoso "operacional" da rede bombista.

O incidente de Arraiolos confirma:

1. A serenidade das populações alentejanas na defesa da ordem democrática.
2. A participação directa dos caciques do fascismo no comando da campanha da Aliança Reaccionária.
3. O conceito de lei (o do Far West) que inspira os candidatos e dirigentes da coligação PPD-CDS-PPM.

ATACADAS DUAS CARAVANAS DA AD

O primeiro dos atentados deu-se ontem à tarde em Alcochete quando uma caravana automóvel da Aliança Democrática foi atacada, à saída daquela vila, por um grupo de cerca de 50 homens que a aguardavam à porta do campo de futebol local.

Aqueles elementos, que não ostentavam qualquer símbolo que permitisse identificá-los, roubaram as bandeiras da AD utilizando-as depois como cacetete com que agrediram várias pessoas, partindo ainda diversos vidros de alguns automóveis.

A caravana, constituída por cerca de 40 carros foi obrigada a retroceder uma vez que algumas centenas de outros provocadores esperavam dentro do estádio o momento de intervir.

Outra caravana da AD foi interceptada antecorrem, na vila alentejana de Arraiolos por elementos «facilmente identificáveis» como pertencentes à APU, que atingiram as viaturas com pedras e garrafas, tendo provocado um ferido e diversos danos materiais.

«Perante mais este incidente, estúpido e inútil — refere um comunicado da AD — a Aliança Democrática vem, uma vez mais, chamar a atenção dos portugueses para o facto de alguns grupos políticos, certos de não conseguirem nas urnas os votos necessários à eleição dos seus representantes, enveredarem pela confrontação física e violenta, sinal de que, mesmo a muitos dias do acto eleitoral, entraram já em pânico.»

A Aliança Democrática «apela para a consciência cívica dos portugueses, quaisquer que sejam as suas convicções políticas e ideológicas», salientando que «só em clima de serenidade e respeito pelas regras do jogo democrático, será possível um esclarecimento dos pontos de vista dos vários concorrentes ao acto eleitoral».

O diário 19 de Novembro de 1979

ARRAIOLOS NÃO É «FAR-WEST»

A Aliança Reaccionária continua a desenvolver grandes esforços para provocar situações de conflito no Alentejo. As provocações sucedem-se em cadeia. Primeiro foram as arengas de Barreto e Sousa Tavares, carregadas de insultos contra os trabalhadores da Reforma Agrária. Depois, o chefe da CAP, Casqueiro, deslocou-se a Avis para ali injuriar a população daquela vila e José Luís Correia, candidato a deputado pela APU, presidente da Câmara Municipal e presidente da Cooperativa 1.º de Maio. Pelas estradas, as caravanas aliançárias, a fim de criar tensões, aplaudem os elementos da GNR (que aliás não têm respondido às saudações).



Portugal HOJE

Domingo, 18 de Novembro de 1979

Na Moita

Socialista agredido por elemento da APU

Um militante socialista foi ontem brutalmente agredido em Sarilhos Pequenos (óbita) por um elemento da APU quando se encontrava no seu automóvel anunciando uma sessão de esclarecimento do PS.

Emanuel Ramos conduzia a

viatura, quando, no centro da povoação, foi interpellado verbalmente por José Menem, militante do PCP, que, depois de lhe lançar lama nas faces, o agrediu barbaramente.

A vítima do acto foi conduzida ao hospital do Montijo, onde

recebeu tratamento de diversas escoriações.

A GNR, que compareceu no local, tomou conta da ocorrência mas não deteve o elemento comunista que, entretanto, havia fugido.

UDP E APU CONTRA CARTAZES DA AD

A guerra dos cartazes já começou, não obstante muito antes do início oficial da campanha elementos do PC terem ocupado quase todo o espaço praticável para a afixação de cartazes. Esta actuação egoísta (para não lhe dar outro nome) seria seguida em dias posteriores e em várias zonas do país, pelo que outros partidos concorrentes às eleições lutam com falta de espaço para os seus cartazes.

Mesmo assim, a APU com o apoio da UDP destrói os cartazes que a AD vai colocando em espaço útil.

Na madrugada de ontem, elementos da Juventude Centralista foram perseguidos e agredidos em Setúbal por gentes conhecidas da UDP que para além da agressão (um dos jovens centristas teve de receber tratamento no hospital daquela cidade), também rasgaram os cartazes. A Polícia da cidade sadina possui dados necessários para actuar com justiça: um dos agressores seria um professor da Escola Industrial local. Ao mesmo tempo, a sede do CDS na cidade foi alvo de uma tentativa de assalto.

Também na madrugada de ontem e junto ao restaurante «A Churrasqueira» em Sacavém elementos da AD que colavam cartazes foram assaltados e agredidos por gentes portadoras de matracas e outros objectos contundentes. Estas gentes são referenciadas como afectas ao PC local.

Por outro lado, uma caravana automóvel da AD foi ontem, em Alcochete, alvo de apedrejamento.

Para além de os carros terem sido danificados, foram roubadas bandeiras e outro material de propaganda, tendo elementos da AD sido espancados.

«A maioria dos militantes que integravam a caravana ficou ferida e são elevados os prejuízos materiais», refere a AD.

COMUNISTA LANÇA LAMA AO ROSTO DE SOCIALISTA

Lançar lama ao rosto de um adversário político, agredí-lo e fugir, eis a façanha cometida por José Menem, ao que parece militante do PCP, contra o socialista Emanuel Ramos. Este, que se encontrava no seu automóvel anunciando uma sessão de esclarecimento do PS, foi conduzido ao Hospital do Montijo, onde recebeu tratamento de diversas escoriações.

Sarilhos Pequenos (não é ironia) foi a localidade onde se registou a ocorrência, da qual tomou conta a GNR.

SESSÃO DA APU PREJUDICADA NA MADEIRA

Uma intervenção do dirigente comunista Dias Lourenço foi ontem prejudicada por ruídos sonoros provocados por viaturas e pelo comportamento de alguns assistentes a uma sessão.

Dias Lourenço participava num comício na APU no estreito de Câmara de Lobos, a cerca de 15 quilómetros a Oeste do Funchal e que ocorreu poucos momentos depois de um outro promovido pelo Partido Social-Democrata.

O dirigente comunista decidiu abreviar a sua intervenção ao verificar que se estabeleciam alterações entre o público que o ouvia e alguns transeuntes e que as suas palavras se perdiam sob o som de buzinas e de buzinas sistemáticas de viaturas em trânsito pelo local.

UDP CONTRA «POLICIA DE CHOQUE» E A AD

Duas pessoas «ficaram gravemente feridas» num incidente no sábado em Almada com agentes da «Polícia de Choque» — anunciou ontem em Lisboa a União Democrática Popular.

«A P.S.P. agrediu brutalmente, sem que qualquer pretexto para tal» tivesse sido dado, «pessoas que paravam» junto do local onde decorria uma sessão da Aliança Democrática, afirma a UDP numa nota.

Outra nota refere que, também no sábado, em Setúbal, cerca de 200 aderentes da Aliança Democrática, «movimentando-se em carros luxuosos e em motos, armados de mocas, correntes, barras de ferro, armas de fogo e seguidos de cães-policia», destruíram propaganda da UDP.

BOICOTADO COMICIO DA AD EM ALJUSTREL

Um comício da Aliança Democrática, marcado para a noite de ontem em Aljustrel, no distrito de Beja, no Cine Oriental, teve de ser interrompido antes do final, devido à actuação de arruaceiros claramente identificados com a APU/PCP, os quais nem permitiram que se cantasse o hino nacional, refere a AD num comunicado distribuído ao fim da noite de ontem.

O incidente já era antecipadamente previsto, uma vez que durante o dia de ontem vários indivíduos ligados ao PC fizeram espalhar por Aljustrel boatos de que o comício da Aliança Democrática seria dar para o torto — num claro intuito de atemorizar a população, observa a AD.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Incidentes envolvendo militantes AD, APU e UDP

mente para evitar confrontações mas que, apesar dessa sua determinação, estava já a ser alvo de ataques».

Entretanto, um comício da AD efectuado, na noite de domingo, em Aljustrel, não chegou ao seu termo, dado que «arruaceiros claramente identificados com a APU não permitiram que se cantasse o Hino Nacional», segundo um comunicado da Aliança que diz que tais incidentes já eram esperados, devido à actuação de «vários indivíduos ligados ao PCP».

Entretanto, a UDP, acusa a AD de ter iniciado a sua campanha de rua, no sábado, com uma falange de militantes que começou por destruir a propaganda da UDP afixada pelas paredes da cidade colando sobre a mesma os cartazes da Aliança Democrática».

Num outro comunicado, acusa a PSP de ter tomado posição junto à sua sede, em Almada, no momento em que decorria uma sessão de esclarecimento da AD naquela cidade.

Em comunicado distribuído à imprensa, a Aliança Democrática acusa militantes da UDP e da APU de terem, no fim-de-semana, boicotado a sua acção de propaganda eleitoral e classifica os alegados actos como «atitude estúpida e perfeitamente inútil».

Segundo a AD, uma caravana de 30 automóveis com dirigentes e militantes seus foi atacada quando se dirigia para Alcochete, tendo os veículos sido cercados por uma multidão de «arruaceiros conotados com aquele partido e aquela coligação, que apedrejaram os carros, agrediram ocupantes, roubaram bandeiras e destruíram o material de propaganda que transportavam». Também no fim-de-semana, e segundo uma outra nota da AD, «coladores de cartazes desta Aliança foram selvaticamente agredidos por arruaceiros comunistas em Moscavide». A propósito, a AD frisa que decidira levar a cabo a colagem dos seus cartazes já com a campanha a decorrer e não no seu arranque, conforme os outros concorrentes fizeram «justa-



28-11-1979 Fundação Cuidar o Futuro

O nosso voto jamais poderia recair nos partidos marxistas

O DIA 19 NOVEMBRO 1979

"Nós que conhecemos a Doutrina Social da Igreja e não andamos a aprendê-la para a debitar, ou de modo oportunista, em sessões eleitorais de quem nada tem a ver conosco — já sabemos qual é a nossa escolha, qual é a escolha da mudança e do futuro de Portugal: as listas da Aliança Democrática" — afirmam, num manifesto, agora tornado público, numerosos católicos da AD, perante as contínuas tentativas de manipulação do voto católico por parte do PS e da APU. Este manifesto, que vai ser profusamente distribuído por todo o país, tem o título "Dos católicos da Aliança Democrática para os católicos portugueses" e é do seguinte teor:

"Sem que o pudéssemos esperar propriamente é, ao que parece, sobre nós católicos, que recaem as maiores atenções neste momento eleitoral decisivo para o nosso país. Quando há anos, ouvíamos os marxistas cantar, com a legria que encontram no dia, que a "religião é o ópio do povo", dificilmente poderíamos imaginar que, hoje, pouco tempo volvido, seria para nós que hipocritamente iam apelar para lhes darmos o voto que sentem fugir. São factos que nos fazem

rir e sorrir estes paradoxos ridículos, de que só os marxistas são capazes, de, um dia, sermos "drogados" e, noutro, já factor eleitoral decisivo. Mas são factos — as visitas aos bispos, depois de os haverem insultado, e o apelo ao voto católico, depois de nos haverem agredido — que nos dão também, na verdade, a certeza de já haveremos vencido, antes mesmo do dia das eleições.

Que vitória maior poderíamos aspirar do que ver, depois de tanto insulto e agressão, serem os próprios

marxistas a confessar implicitamente a sua dimensão de hebreus face à mensagem cristã universal? Que outra vitória, de facto, poderíamos desejar, se não a de ver que a nossa doutrina de paz e solidariedade, dirigida à consciência e ao coração dos Homens, é quase unanimemente reconhecida como superior e mais forte do que todas as que, estimulando ódios e rancores, mais não vêem do que punhos ou carterias?

Mais do que qualquer outro, este é o nosso tempo. O nosso tempo no nosso País.

É disso que sobretudo temos de ter consciência, quando, uns mais do que outros, todos apelam para nós. Consciência de que é nossa a decisão do momento. Consciência de que é em nós que se abre a porta do futuro. Consciência de que, nesta

hora decisiva para Portugal e para a democracia, de entre todos, somos os nós mais decisivos.

É disso que temos de ter consciência primeiro, para votarmos — para que todos votemos. Segundo, para que, votando, todos votemos certo, não atraçoando na nossa decisão política a nossa consciência moral, a nossa dignidade de católicos que nunca temeram, nem hesitaram, nem jamais se suspenderam "drogados com ópio".

Hoje, que é uma vez mais uma hora de escolha, todos temos que estar decididamente presentes na escolha de mudança que Portugal fará. Para a paz, para a solidariedade e para a fraternidade que são a única base de um futuro com esperança e deixando esquecidos para trás o tempo e os homens do ódio, do rancor, do marxismo que cavaram a ruína e a divisão de Portugal e dos Portugueses.

precisa de o fazer, porque estamos dentro dela e traduz a nossa doutrina e a nossa esperança. São os marxistas do PS e da AU que precisam de lhes pedir "audiência", tal como fazem aos bispos, porque estão fora de nós e nós fora deles.

De facto, nada têm a ver conosco e a "audiência" serve apenas para lhes dizermos o que já sabem — que não! Que não contem conosco! Que a nossa escolha está feita na Aliança Democrática".

A IGREJA E AS ELEIÇÕES

Por seu turno, através de uma nota distribuída pela Secretaria Arquepiscopal de Braga, o arcebispo primaz recomenda à reflexão do clero e dos fiéis, as seguintes considerações:

- 1.º — O voto é um direito e dever dos cidadãos, por meio do qual se exprime, define e exerce a democracia.
- 2.º — Para que esta seja autêntica e eficaz, é necessário que todos os cidadãos eleitores participem no acto eleitoral.
- 3.º — Importa outrossim que a sua participação seja uma atitude responsável, conclusão de uma caminhada de esclarecimento, ponderação e coerência.
- 4.º — Na preparação e realização deste acto, os cristãos terão sempre presentes as exigências da sua fé, decorrentes do Evangelho e doutrinação da Igreja.
- 5.º — Ajudem-se mutuamente, quer no esclarecimento leal aos meios preparados, quer na efectivação do acto de votar, proporcionando transportes aos doentes e idosos e, bem assim, ensinando se neces-

MAJOR TOMÉ (UDP)

«Não há simbiose entre marxismo e cristianismo»

O major Tomé, cabeça de lista da UDP por Lisboa, afirmou haver «um antagonismo de base entre o marxismo e o cristianismo».

Mário Tomé respondia a um dos estudantes do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e das Empresas (ISCTE), onde decorreu uma sessão de esclarecimento da UDP.

Para o major Tomé «não há possibilidade de simbiose ou de interpenetração do marxismo e do cristianismo», já que o primeiro «assenta numa base materialista e o segundo decorre de pressupostos idealistas».

Durante a sua intervenção, Mário Tomé afirmou que «o capitalismo está podre e só se mantém, mesmo podre, à custa de 'holocaustos' em que são sacrificados os trabalhadores».

Considerando-se um militar, a que condenaram

a ser «híbrido pela negativa, já que não tinha direitos civis ou militares», Mário Tomé sublinhou que a legitimidade que a UDP «defende e aceita é a do povo em luta».

Por isso, disse, «as forças do imperialismo e do capitalismo devem recuar para o lugar que lhes compete, ou seja, aquele que as forças populares do 25 de Abril lhe impuseram».

Referindo-se às Forças Armadas, afirmou que elas «estavam e estão divididas», correspondendo essa divisão «à que existe entre a burguesia e as massas populares».

Para Mário Tomé as Forças Armadas «são dirigidas por uma hierarquia reaccionária, contra a unidade popular, assentam numa estrutura reaccionária e permitem o aprofundamento, hoje, do golpe do 25 de Novembro».

20 de Novembro de 1979



Fundação Cuidar o Futuro

A SEGUNDA volta das eleições para os Conselhos das Armas do Exército esteve em curso durante esta semana, devendo os resultados finais ser apurados até ao final do corrente mês de Novembro.

Segundo o EXPRESSO conseguiu apurar, ter-se-á verificado, na votação desta segunda volta, um volte-face relativamente às tendências detectadas na primeira volta (ver último EXPRESSO de 10 de Novembro, 1.^a página). Diversos oficiais do Exército, sobretudo de Infantaria e Artilharia, ficaram surpreendidos com os resultados da primeira volta e decidiram participar mais activamente na segunda.

Nestas circunstâncias, é possível que, ao nível de capitães, oficiais considerados próximos do major Vasco Lourenço, como os capitães Martelo e Gertrudes, não alcancem as posições que a votação obtida na primeira volta permitia pressupor. Evolução semelhante é previsível para os outros escalões da hierarquia militar.

A votação da segunda volta incidirá sobre os oficiais já votados na primeira volta.

Entretanto, em diversos meios das Forças Armadas comenta-se e critica-se o facto de as presentes eleições para os Conselhos das Armas e do Exército decorrerem em pleno período de campanha eleitoral para a Assembleia da República. Embora a efectivação das eleições para os Conselhos das Armas nesta altura tenha uma justificação legal, entende-se, nesses meios, que poderão constituir um factor adicional de perturbação na serenidade com que deve decorrer o período da campanha para as eleições intercalares. Outros sectores entendem, porém, que não haveria qualquer razão para adiar o acto eleitoral dos Conselhos das Armas, precisamente porque tal adiamento significaria reconhecer uma interligação entre a vida política nacional e as actividades internas das Forças Armadas.



Tempo

15. Novembro. 1979

ELEIÇÕES NO EXÉRCITO

Nova manobra de intoxicação psicológica

Na fase de campanha eleitoral (e de pré-revisão constitucional) que tão intensamente se vive agora em Portugal, as forças a quem interessa a manutenção do «statu quo» político-militar (de que o Conselho da Revolução é a incarnação legal) passaram ao ataque no seio das Forças Armadas aproveitando, para o efeito, o também movimentado período de eleições para os Conselhos das Armas e Serviços do Exército.

Mas, se neste processo eleitoral não há lei que proíba quaisquer sondagens, é facto que também não há nada que proteja e imunize a instituição militar das subtis manobras de propaganda assentes em técnicas mais ou menos conseguidas de intoxicação (neste caso, embora menos conseguidas, assinala-se).

Foi assim que, na passada 6.^a feira, dia 9, o semanário conhecido nos meios militares como porta-voz da ala melancolista do CR, trouxe a público a sua versão antecipada sobre os resultados daquelas eleições. Natural, coerente e perfeitamente compreensível. O que, porém, causou certa perplexidade em amplos sectores castrenses foi a «ingenuidade» com que outro semanário — que, muito justamente, preza a sua independência e goza de assinalável prestígio entre a generalidade dos militares — entrou também naquela campanha ao publicar, no dia seguinte e com honras de primeira página, notícias de idêntico cariz.

Na realidade, os resultados da 1.^a volta daquelas eleições não permitem, de forma alguma, concluir que tenha havido qualquer aumento do número de votos atribuídos aos oficiais que se identificam com o «espírito da Estufa Fria» — que não é, nem podia ser, o tão reclamado «espírito do 25 de Abril», antes se confundindo, isso sim, com o dos vencedores do 11 de Março. Mas o despudor da

nócia chegou ao ponto de referir os resultados obtidos na Arma de Engenharia cujo escrutínio ainda nem sequer tivera lugar!

No que respeita à existência de listas pré-preparadas (não previstas no regulamento destas eleições) pena foi que a notícia não tivesse sido mais explícita, conhecida que é a existência de uma lista «unitária» com nomes de marcado teor melancolista (e não se deve esquecer, em todas as Armas, nomes esses que são facilmente identificáveis nos elegíveis para a 2.^a volta (que hoje também publicamos) e à qual, naturalmente, outras se lhe vieram posteriormente a opor no sentido de fazer face à evidente manobra.

E será também curioso assinalar que a alternativa que a «fonte militar» do «EXPRESSO» põe aos «militares do 25 de Abril» (ou da Estufa Fria?) seja «uma extrema direita de cariz golpista» na qual, necessariamente, teriam de ser incluídos todos os Chefes de Estado Maior (do Exército, da Marinha, da Força Aérea e o próprio Chefe do EMGFA!), os restantes Conselheiros da Revolução que não aceitaram os convites para almoçar na companhia dos conhecidos «democratas» Rosa Coutinho, Vasco Gonçalves, Costa Gomes, Otelo e companhia, e os restantes 90% dos oficiais do Exército ausentes da Estufa Fria onde pode ser encontrada a esmagadora maioria dos agora escolhidos pelos seus pares.

Mais referem aquelas notícias — que as fontes por nós contactadas admitem terem sido «insufladas» por interesses localizados próximo do Restelo — que na Cavalaria não existe o tal «vento de mudança» por se tratar da «Arma mais conservadora». Análise curiosa que ignora limitadamente terem sido as colunas da Escola Prática de Cavalaria e do Fie-

gimento de Cavalaria de Estremoz as que mais decididamente intervieram em Lisboa no 25 de Abril, da mesma forma que o grande impulsionador da acção militar no Porto foi o então major (de Cavalaria) Carlos Azeredo.

Haverá, todavia, que reconhecer não ser realmente hábito os oficiais de Cavalaria estarem presentes em grande número nos almoços daquele tipo não só pelo desagrado que emana de certo tipo de convívios, como também pela monotonia da ementa tradicional (Perú...) sem que, no entanto, deixem de estar «condignamente» representados, como seja pelo conhecido major Mário Tomé (agora candidato a deputado pela UDP, como foi 2.^o comandante do Regimento de Polícia Militar em pleno PREC e, antes do 25 de Abril, ajudante de campo do general Káulza de Arriaga no Comando-Chefe em Moçambique).

Evidente campanha de intoxicação psicológica, esta será já a segunda fase da grande manobra político-militar que pretende impedir a revisão constitucional e, com ela, a inexorável extinção do CR. Há alguns meses foi lançado o «slogan» dos «militares constitucionalistas», cujo oportunismo e finalidade logo o «TEMPO» denunciou; agora procuram, menos subtilmente, convencer os incautos que uma pretensa «maioria» das FA se oporá firmemente à decisão do eleitorado, caso a sua escolha seja contrária aos interesses da «maioria»... do CR.

Ao que sabemos, tão grosseiras manipulações parece estarem já a provocar fortes reacções nos meios militares menos permeáveis a campanhas de propaganda especialmente quando orquestradas segundo «partituras» já muito conhecidas pelos catastróficos efeitos provocados no nosso país.

CONSELHOS DAS ARMAS

Foram os seguintes os nomes dos oficiais mais votados na 1.^a volta das eleições para os Conselhos das respectivas Armas e que, nos termos do regulamento em vigor, são os únicos que podem ser votados na 2.^a volta:

INFANTARIA: coronéis Ventura Lopes, Pires Veloso, Sá Selxas e Cid Torres; tenentes-coronéis Hugo Rocha, Marques Alexandre, Vieira Monteiro e Almeida Correia; majores Cardeira Rino, Rodrigues da Graça, Moreira Campos e Herculano Martins; capitães Leonel Carvalho, Luciano Duarte, Dias Tapadinha, Nogueira Ribeiro (QEO), Varela, Silva Carvalho, Oliveira Cardoso, Frias Barata, Gertrudes da Silva, Martelo, Valente e tenente Vilela.

ARTILHARIA: coronéis Albuquerque Nogueira, Cruz Curado, Salavessa e Araújo Pereira; tenentes-coronéis Engrácia Antunes, António Faria Leal, Espírito Santo e Stoffel Martins; majores Samuel Amaral, Dias Branco, Ribeiro Soares e Gomes Abreu; capitães Ribeiro Salgado, Sousa Prazeres, Santos Silva, Cunha Raimundo (QEO), Agordela, Ferreira da Silva, Pinto Moleiro (QEO), Gusmão Nogueira, Rosário Simões, Patrício, Morais Silva e Ponces Carvalho.

CAVALARIA: coronéis Carlos Azeredo, Monteiro Pereira, Alves Ribeiro e Armando Freire; tenentes-coronéis Costa Gomes, Gabriel Teixeira, Paiva Morão e Arnaud Pombeiro; majores Monge, Miquelina Simões, Garcia Correia e Caçorino Dias; capitães Silva Themudo, Judice Pontes, Cadavez, Ribeiro de Almeida, Silva Araújo, Ramos Cadete, Duarte Pereira, Silva Guilherme, Salgueiro Maia, Candelas Valente, Correia Assunção e Jesus Parra.

opinião

A conjuntura militar



J. Baptista Comprido

Os portugueses, civis e militares, viram, ouviram, leram ou sentiram a degradação galopante que minou as Forças Armadas, em 1975 e aperceberam-se da dissolução generalizada por que o País passou. E ligaram naturalmente os dois fenómenos, muito embora tenham sentido dificuldade em procurar situar com rigor qual deles foi causa ou efeito.

Mas, notaram, também, e com alívio, que a inversão do descaminho militar, em 25 de Novembro daquele ano, neutralizou, pelo menos e como por encanto, a marcha nacional para o caos geral.

Passaram quatro anos sobre aqueles factos.

Talvez não seja descabido que os cidadãos se interroguem sobre o que tem sido a conjuntura militar, procurando na intersecção das grandes coordenadas o polígono, de maior ou menor precisão, onde possam deitar o ponto da situação actual.

Compreende-se que não seja fácil. O estatuto muito especial das Forças Armadas no contexto político nacional caracterizado pela transitividade e pela indefinição da sociedade, em termos práticos, não é de molde a facilitar a informação aberta e precisa, pelo que os traçados das grandes linhas são ténues, quase só se adivinhando por onde passam mas, não se descortinando onde vão dar.

No entanto, a escassez do desenvolvimento deixa bem à vista o travejamento central, pelo que a ele se tem de reduzir a análise referencial da conjuntura.

Ninguém de boa-fé ou minimamente desperto para as responsabilidades constitucionais da instituição militar poderá deixar de concluir que as Forças Armadas de hoje já nada têm a ver com a fragmentação armada de 1975. Talvez se possa julgar que pouco seria necessário para operar a diferença, tal o estado irreconhecível em que se encontravam. Mas, por isso mesmo, também, aquele pouco poderá ter sido muito. Não parece, porém, que o cálculo seja muito relevante, porque o que talvez interesse estimar é onde se chegou e dilucidar as razões porque não se foi mais além (a ins-

tuição militar, tida por conservadora, ou avança ou deinha e morre, o que significa que o «além» não tem fronteira).

O quadro geral nacional de inserção das Forças Armadas, depois do 25 de Abril, tem estado sujeito a transmutações profundas, de que praticamente só o tempo tem vindo a rectificar a amplitude e a corrigir o sentido. No entanto, aquelas transmutações não deixaram ainda de se fazer sentir negativamente na institucionalização efectiva das Forças Armadas.

Sobre os escombros do edifício militar de 1975 foi decidido e contratado erigir um complexo constitucional militar tripartido, que sacrificou a coesão e unidade militar ao interesse político. Talvez resida aqui uma das maiores dificuldades sentidas na institucionalização real das Forças Armadas. De modo inverso, seria sem dúvida mais democrático e mais militar mas, ninguém pode afirmar hoje que isso seja mais nacional e, sobretudo, mais realista.

Também alguns princípios e conceitos basilares da organização militar, que foram levados inequivocamente à sua observância, não puderam resistir a certa perda de sustentação, porque o fenómeno que os propiciou foi imperfeito e incompleto, fazendo recair inevitavelmente sobre eles, os reflexos duma ordem política, económica e social, ambigua e instável.

A contradição clássica entre a revolução e a instituição militar, acrescida do individualismo que nos caracteriza, historicamente enraizado na ramificação das três armas, têm sido factores naturais negativos que ainda não puderam ser totalmente superados ao nível institucional das Forças Armadas. O espírito, a doutrina, o pensamento e a acção militar institucional estão longe de terem sido alcançados.

Nestas condições, seria de facto para surpreender que as desejadas reestruturações de fundo tivessem podido ser conseguidas.

Aqui, a boa consciência, o rigor técnico e o escrúpulo democrático podem ter na postergação da lei de defesa nacional e outros diplomas fundamentais uma explanação muito abundante. No entanto, não pode fugir-se à reflexão frus-

trante de os militares não terem podido alcançar, por si próprios e legitimamente, um grau mais avançado de reestruturação.

Se a preocupação de uma cobertura democrática só é louvável e se a metodologia tradicional a seguir só é de respeitar, já não se vê como conciliar tais pressupostos com a complexidade do processo e com a urgência e responsabilidade da sua aplicação. Aparentemente parecia mais desejável vir a inaugurar a subordinação democrática das Forças Armadas ao poder político legítimo com uma reestruturação dos meios existentes longamente pensada e amadurecida. Não o fazendo, não é difícil imaginar redobradas dificuldades, acabando o pesadelo, como é habitual, por ser resolvido (mal) numa longa semana urgente de improvisação.

A acumulação de funções no topo da hierarquia militar com o exercício de responsabilidades no colectivo revolucionário e bem assim ao nível superior da chefia de Estado, por muita imperfeição que se lhe possa atribuir num contexto democrático, terá sido, provavelmente, a despeito da sua prática tão discutível como difícil, o grande traço de síntese e de aglutinação e, sobretudo, capaz de ter evitado a possível desestabilização institucional generalizada.

Mas, também aqui e compreensivelmente, o político teve alta prioridade sobre o militar. Não serão os funcionalistas a estranhar a impossibilidade humana de um mesmo órgão poder exercer com eficácia razoável tão altas e numerosas como vastas e complexas funções. Simplesmente, no domínio militar, não é automático que uma função sem órgão possa naturalmente criar outro órgão para preencher o vazio.

Poderia pensar-se, como foi o caso, em certa margem de delegação de funções. Mas, por esta ou aquela razão, os resultados foram irrelevantes no plano global institucional. Nunca houve um mínimo de continuidade capaz de conferir solidez ao pensamento e coerência à acção. Isto faz que tudo esteja sempre em perpétuo recomeço.

Não é surpreendente mas, convém ser notado, que os marcos históricos que têm balizado a vida portuguesa desde o 25 de Abril, delimitam fases e situações bem diferencia-

das, que se têm sobreposto de feitoosamente com todo um cortejo cumulativo de hecuro cortejo cumulativo de sequelas inevitáveis.

Em todas elas participaram militares. De todas elas resultaram casos e problemas morais, institucionais e pessoais, cuja solução definitiva continua a desafiar o poder milagroso do conselheiro tempo.

Não é, pois, audacioso admitir que a administração dos recursos humanos e a gestão do pessoal (a arma e o alvo mais sofisticados) apresentem dificuldades que se projectam, em grandeza ampliada, em domínios fundamentais da instituição. Nestas circunstâncias, a tendência é, em geral, para a fuga em espiral legislativa parcelar, a qual acaba por actuar particularmente, agravando o desencanto ou a desmotivação mais generalizada.

Estes circunstancialismos foram ainda afectados pela intervenção muito ambigua e muito impetuosa, embora muito democrática e legal, do poder político civil no foro interno militar. Aquela intervenção acabou não só por não atingir os objectivos, práticos proclamados, como, bem ao contrário, prejudicou a recuperação tranquila da estabilidade institucional.

É pública a frustração a que a hierarquia militar tem aludido ante as dificuldades de equipamento das Forças Armadas. Sensatamente tem sido reconhecida a incapacidade financeira e económica do País para adquirir os meios considerados indispensáveis à satisfação de necessidades militares mínimas nacionais e, talvez já hoje, à sua operação e manutenção. Aquelas dificuldades constituem também factor altamente negativo na motivação e no moral das Forças Armadas, distraíndo inevitavelmente energias e esforços para domínios irrelevantes e aprofundando o atraso tecnológico de aplicação militar.

O cidadão comum conhece vagamente aquelas dificuldades. Mas sabe que há muitas maneiras de fazer uma mesma coisa. Não custa admitir que deseje ver aqueles requisitos fundamentados num sistema racional de defesa militar, para ter a certeza ou, no menos, a sensação, de que cada escudo seu gasto com as suas Forças Armadas tem contrapartida real e eficaz no escudo da sua segurança. É que,

A legalidade e a ética militar

A maior parte dos homens da minha geração, passaram, como eu vários anos da sua vida nas fileiras das Forças Armadas. Possivelmente os nossos filhos aí passarão também alguns anos. Podemos dizer com pouco exagero que militares somos todos.

Não concebo pois que os militares profissionais considerem as Forças Armadas como qualquer coisa de separado, exclusivamente sua, corpo à parte, regido por normas exclusivas que só eles tenham o direito de aplicar e que só a eles diriam respeito.

A organização das Forças Armadas, a maneira como os seus órgãos político-militares actuam, o seu comportamento face aos outros órgãos políticos não podem ser indiferentes ao cidadão comum.

Daí que o problema da Lei da Amnistia não nos deixe indiferentes.

Daí que vejamos com apreensão as afirmações no sentido de que o Decreto-Lei n.º 203/78 poderá criar um certo condicionamento à aplicação da Amnistia.

Deixemos de lado o problema da constitucionalidade do Decreto-Lei n.º 203/78, embora

tazendo notar que o facto de ele ter sido declarado constitucional em sede de fiscalização preventiva de constitucionalidade, não impede que venha a ser oportuna e fundadamente atacado e declarado inconstitucional.

A questão neste momento diz apenas respeito à compatibilização do Decreto n.º 203/78 e da Lei da Amnistia.

Vamos procurar analisar o problema sem paixão, subordinando-nos aos critérios estritos da interpretação e aplicação das leis.

O referido Decreto-Lei dispõe no seu art. 2.º n.º 1 que a apreciação da capacidade profissional ou moral dos militares pelos Conselhos Superiores de Disciplina é independente de quaisquer processos disciplinares ou criminais respeitantes à actuação dos mesmos militares, e não é prejudicada pela extinção do procedimento disciplinar ou criminal.

Daqui concluem alguns, apressadamente, que a amnistia não prejudicaria a apreciação da capacidade profissional do militar.

«O seu perfil — dizem — poderá ser avaliado pelo Conselho Superior de Disciplina em qualquer ocasião.»

Semelhante afirmação exige uma correcção importantíssima: o citado art. 2.º n.º 1 só tem aplicação se a lei que vier a ser promulgada extinguir o procedimento criminal não dispuser o contrário. Se a Lei da Amnistia dispuser o contrário tem, obrigatoriamente, de repetir-se o princípio de que a lei mais recente revoga a anterior.

Ora, no caso concreto, a Lei da Amnistia que a Assembleia da República aprovou contempla expressamente a situação. Ela antecipou na sua letra e no seu espírito a questão que o art. 2.º n.º 1 do decreto-lei referido pretende colocar e resolveu-a em termos expressos.

No n.º 4 do art. 1.º da Lei da Amnistia dispõe-se que «Os factos amnistiados pela presente lei não podem servir de fun-

anos de muito amadorismo político, muita incapacidade governativa e muita emotividade partidária, tivesse sido uma prática exemplar, consciente e patriótica, com respeito total pela legitimidade política, do poder democrático e a subordinação incondicional à fonte dessa legitimidade, que é o povo português na sua expressão livre e sufragada.

Como ninguém poderá negar que as Forças Armadas vão adquirindo solidamente a consciência e convicção do seu papel na sociedade democrática, das suas capacidades e das suas limitações. Sabem que não têm o direito de delibe-

ramento à aplicação de qualquer sanção de carácter criminal, disciplinar ou estatutário.»

A referência às sanções de carácter estatutário não está lá por acaso. Foi expressamente introduzida para impedir que as infracções criminais e disciplinares de natureza política sujeitas ao foro militar, amnistiadas pela Lei pudessem ser utilizadas para aplicação de sanções estatutárias pelos Conselhos Superiores de Disciplina.

E não se diga que estes poderão avaliar o perfil de um militar em qualquer ocasião. O perfil do militar não é apreciado em abstracto. A apreciação do perfil tem de ser feita com base em factos concretos como exige o art. 135.º do RDM ao exigir a indicação precisa dos factos de que o militar é acusado. Assim na sua alínea b) refere-se à necessidade de relatório de acusação «especificando claramente toda a matéria de acusação com indicação dos factos praticados e a sua qualificação».

Portanto por força do art. 1.º n.º 4 da Lei da Amnistia os factos que foram considerados infracções criminais e disciplinares de natureza política e de foro militar cometidos depois do 25 de Abril de 1974, nomeadamente as conexonadas com os actos insurreccionais de 11 de Março e de 25 de Novembro de 1975 não podem servir de fundamento para aplicação de sanções estatutárias.

Quer dizer, se um militar estiver neste momento sujeito ao Conselho Superior de Disciplina e a acusação que lhe for feita respeitar única e exclusivamente a factos relacionados com o 25 de Novembro (não se conhece nenhum caso ligado ao 11 de Março em CSD), a única atitude legalmente correcta é o arquivamento do processo porque tais factos foram amnistiados e

não podem, por disposição expressa na Lei da Amnistia que neste ponto se sobrepõe ao Decreto-Lei n.º 203/78, servir de fundamento aos processos para aplicação das alíneas c) e d) do art. 134.º do RDM.

A situação em termos estritos de legalidade é claríssima: se os factos que serviam de fundamento ao processo foram abrangidos pela amnistia este carece de fundamento por terem sido apagados para todos os efeitos esses mesmos factos.

A Lei da Amnistia determina expressamente que mesmo para efeitos estatutários, os factos fiquem em esquecimento, como se nunca tivessem existido, apaga todos os possíveis efeitos jurídicos-criminais, disciplinares e estatutários.

Não se pode ignorar que a lei faz intencionalmente referência às sanções estatutárias para expressamente as abranger e para evitar a punição dos militares pela via dos Conselhos Superiores de Disciplina.

Qualquer tentativa de, em fraude à Lei da Amnistia, aplicar sanções estatutárias aos militares acusados de envolvimento no 25 de Novembro representa não só uma clara ilegalidade mas um ataque frontal à Assembleia da República e ao Estado de Direito Democrático que as Forças Armadas têm obrigação expressa de respeitar.

O respeito pela lei e pelas instituições tem neste momento de sobrepôr-se a quaisquer outras considerações de ordem meramente corporativa.

Os valores específicos da instituição militar têm de ser compreendidos e aplicados em estreita subordinação aos princípios da legalidade democrática.

A primeira exigência da ética militar é o cumprimento, de boa-fé, das leis democraticamente aprovadas nos legítimos órgãos de soberania.

D. NOT.
20 NOV. 79

no fim, de pouco valerão as armas se o cidadão não estiver consciente da sua necessidade e não tiver a vontade de as utilizar, se necessário. E isto são responsabilidades inalienáveis do Estado.

Talvez mais do que apontar deficiências ou culpas ou fazer juízos de valor sobre decisões ou pessoas, procurou-se salientar causas ou eventuais explicações para alguns dos aspectos notórios que parecem ter constituído entraves à rápida e indispensável institucionalização militar nacional.

Mas tal não pode significar que as Forças Armadas não tenham vindo a seguir persistentemente o plano de normalização possível, desde Novembro de 1975, e que via a unidade e coesão das Forças Armadas.

As Forças Armadas têm uma missão constitucional e cívica. Missão nacional. Missão democrática.

E ninguém poderá negar que só uma evolução positiva interna das Forças Armadas permitiu que, passados quatro

anos de muito amadorismo político, muita incapacidade governativa e muita emotividade partidária, tivesse sido uma prática exemplar, consciente e patriótica, com respeito total pela legitimidade política, do poder democrático e a subordinação incondicional à fonte dessa legitimidade, que é o povo português na sua expressão livre e sufragada.

Como ninguém poderá negar que as Forças Armadas vão adquirindo solidamente a consciência e convicção do seu papel na sociedade democrática, das suas capacidades e das suas limitações. Sabem que não têm o direito de delibe-



A CRÓNICA DE JOSÉ RABAÇA

Os partidos
e o Conselho da Revolução

Recentes declarações de personalidades responsáveis, no âmbito partidário, apontam o Conselho da Revolução como alvo preferencial, na campanha em curso, em desafio ao eleitorado para o encontro da solução que conduza a uma nova vida.

Os órgãos de soberania que a Constituição criou são cinco e, efectivamente, quatro deles — o Presidente da República, a Assembleia Legislativa, o Governo e os Tribunais — correspondem a uma solução democraticamente clássica.

Mas acontece que existe um quinto poder, por sinal o segundo na ordem hierárquica, e que é precisamente o Conselho da Revolução, que não surge, frequentemente, como órgão de soberania em sociedades rotinadas na Democracia.

Entende-se, pois, o recurso, ainda que fácil, à tendência eleitoralista de identificar a evolução menos positiva ou, se quisermos, negativa, do processo português com a existência dum órgão não consagrado na corrente prática democrática.

É, porém, evidente o absurdo da conclusão primária de que tudo o que corre menos bem, ou, se quisermos, mal, se deve à existência de tal Conselho.

Resta apurar, e aí, apenas os directos intervenientes na solução se podem pronunciar, não só da responsabilidade mas, até, provavelmente, da vontade que os partidos terão manifestado, ao tempo, de ver incluído o Conselho da Revolução entre os órgãos do poder a definir constitucionalmente.

Uma leitura da Segunda Plataforma de Acordo Constitucional, assinada em 27 de Fevereiro de 1976 pelo Presidente da República, e pelos Centro Democrático Social, Movimento Democrático Português/ CDE, Partido Comunista Português, Partido Popular Democrático e Partido Socialista, pode fazer alguma luz que nos ajude a ver claramente aquilo que à distância de mais de três anos se foi apagando das memórias.

E o que mais ajudará é termos presente que 1976 é o ano que se segue a 1975 e que os traumas resultantes dos acontecimentos verificados neste, ainda se encontravam por cicatrizar nos corpos de alguns e nas almas de muitos. E que a recuperação do prestígio da instituição militar tinha sido conseguida ainda muito recentemente, com maior precisão em 25 de Novembro, com uma determinação que aconselhava aos próprios partidos vencidos, na referida

data, a acomodação à derrota, preferível à confrontação que poderia conduzir ao desastre.

A convicção generalizada que resulta da análise da situação portuguesa, no início de 1976, reside no reconhecimento, humilde mas realista, dos partidos representados na Assembleia Constituinte, da sua fragilidade, e nas vantagens que lhes poderiam advir do entendimento com as Forças Armadas, identificadas, primeiro, com o 25 de Abril e, depois, com o 25 de Novembro.

Para quem, nos dias de hoje, tenda a extremar tomadas de posição, recorrendo ao simplismo formal da incompatibilidade da vida democrática com a existência dum órgão de soberania criado à revelia de qualquer acto eleitoral, haverá que lembrar que, em regra, os vencedores das revoluções não se mostram muito permeáveis à sua marginalização, após as vitórias.

Pelo que o Conselho da Revolução, ao aceitar para si «as funções de Conselho do Presidente da República, de garante do regular funcionamento das instituições democráticas e do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974 e ainda de órgão político e legislativo em matéria militar» (ponto 3.5 da Plataforma) foi mais além do que é habitual em circunstâncias idênticas e muito mais além do que foram, as Forças Armadas, por exemplo em 28 de Maio de 1926.

Os partidos, ao subscreverem a Plataforma, reservaram para si o espaço total ao desenvolvimento político da sua vocação.

Em resumo: não acusemos as Forças Armadas de tomada de posição leonina nem os partidos de terem abdicado, ao firmarem as normas do pacto, cujo interesse principal residia na obrigatoriedade da sua inclusão na Constituição que veio a ser aprovada e decretada em sessão plenária de 2 de Abril de 1976 da Assembleia Constituinte.

E muito menos se torna legítimo atribuir ao Conselho da Revolução a paranoia revolucionária de que a Constituição se encontra impregnada, pois, tanto quanto se saiba, não participou na sua formulação com qualquer coisa mais para além do que se encontrava implícito na Plataforma e



nada tem que ver com os dislates doutrinários que a caracterizam.

O propósito de eliminar o Conselho da Revolução dos órgãos de soberania afigura-se inteiramente legítimo. Tanto, pelos menos, como o de eliminar qualquer outro artigo da Constituição desde que se cumpram as regras constitucionais previstas para o efeito.

O que parece estar em causa, de momento, são as alterações que se apregoam como finalidades para o curto período legislativo que se avizinha e terminará em 14 de Outubro de 1980 (Artigo 299 da Constituição) e durante o qual se afigura estar vedada à Assembleia da República qualquer actividade de revisão, reservada para a II Legislatura (Artigo 286 da Constituição).

É curioso, de resto, notar que a Assembleia Constituinte precisou alguns dos pontos acordados na Plataforma dando-lhes uma formulação mais rígida. Assim e enquanto nestá acordaram, os que a subscreveram, que «Será fixada em quatro anos a duração da primeira legislatura» a Constituição vai mais além, fixando no já citado artigo 299 «que termina em 14 de Outubro de 1980»:

Situação paralela à que se verifica em relação ao primeiro mandato do Presidente da República, previsto na Plataforma, no ponto 5.2 «para cessa três meses após o período de transição ou cinco meses após a sua eleição, conforme o prazo que termine mais cedo» e que a Constituição determina que «cessará três meses após o termo da primeira legislatura» (Artigo 290 da Constituição).

Quanto ao Conselho da Revolução há que destacar que a sua eliminação dos órgãos de soberania nem sequer se encontra acutelada no Artigo 290 que determina o respeito, aliás discutível, por diversas situações.

O único ponto controverso, na ordem legal, reside no tempo adequado e, quanto a isso, parece que não há qualquer hipótese que não seja a de resultar da revisão constitucional e que aparece expressa nos seguintes termos do ponto 5.4 da Plataforma, a saber:

5.4 «Na segunda legislatura a Assembleia Legislativa terá obrigatoriamente poderes de revisão constitucional, não podendo o Presidente da República recusar a promulgação da lei de revisão. Considera-se findo o período de transição quando entrar em vigor aquela lei.

Convém não esquecer que o ponto 1 — «Órgãos de Soberania» estabelece que «Os Órgãos de Soberania durante o período de transição serão os seguintes:

- a) Presidente da República
- b) Conselho da Revolução
- c) Assembleia Legislativa
- d) Governo
- e) Tribunais

As dúvidas recentemente levantadas sobre a vigência do pacto limitada a quatro anos parecem ultrapassadas por, no mesmo artigo (5.5 da Plataforma), se especificar que vigora durante o período de transição e este se encontrar claramente definido no 5.4. Salvo melhor opinião, como é óbvio, dada a impossibilidade temporal de se proceder, nos tais quatro anos, à revisão que se tem por preponderante.

O caso, na sua essência, é este:

Estará a Democracia, em Portugal, suficientemente amadurecida para prescindir dum órgão que tem por finalidade ser o «garante do regular funcionamento das instituições democráticas»?

Encontram-se os Partidos suficientemente implantados e organizados para dispensarem o órgão que eles próprios cultivaram e que lhes serviu de cobertura à debilidade que manifestaram em 1976?

Entendem os Partidos que já é oportuno rejeitarem a partilha do poder com quem os tornou possíveis e os viabilizou para uma vida política de que se encontravam afastados?

Se sim, ótimo.

Mas ponderem, por favor.

De 1926 a 1974, foram-se 48 anos.

E a verdade é que mesmo com o Conselho da Revolução, desde o 25 de Novembro que Portugal vive em Democracia, com um Presidente da República eleito, um Parlamento eleito, com Partidos fora da clandestinidade e com o direito assegurado de até dizermos que não é esta a Democracia que sonhámos.

Pois não. Mas a outra... é que o não era mesmo.



Hierarquia segue com atenção tentativa de reabilitar o «revolucionário» Costa Martins

As diligências realizadas pelo major Costa Martins junto de alguns jornais para darem letra de forma às suas alegações estão a ser seguidas atentamente pelos meios militares competentes. Segundo apurou «A Tarde», a hierarquia não considera este caso como um facto isolado, estando em curso averiguações sobre prováveis envolvimento mais gerais na presente conjuntura política nacional.

Com efeito, não escapou aquelas instâncias a coincidência com que jornais afectos a determinadas correntes políticas iniciaram uma concertada campanha de recuperação da figura de Costa Martins. Além disso, a coincidência tornou-se mais suspeita à medida que se torna evidente a preocupação em tê-la feita desencadear no presente período pré-eleitoral.

Costa Martins é desertor da Força Aérea, um ramo das Forças Armadas onde desde há anos tem sido visível a permanência de estabilidade e coesão. Um ramo que tem constituído um sério orgulho para os elementos e as forças que dentro e fora das Forças Armadas acalentam o propósito de perpetuar a existência do Conselho da Revolução.

Nas páginas de alguns jornais, Costa Martins tem vindo a ser retratado, desde Outubro, na qualidade de vítima, perseguida pelas instâncias militares, sujeito a arbitrariedades. De desertor, implicado na desestabilização política nos longos meses de 1975, de suspeito de ter dado fins menos lícitos aos dinheiros encaminhados para o Ministério do Trabalho em determinada ocasião, este militar está a surgir, na prosa de alguns jornais, com uma imagem redentora.

A imagem do perseguido

Um dos motes que tem vindo a ser batido diz respeito à pretensa desigualdade de tratamento com que a hierarquia trataria os implicados no 11 de Março e os do 25 de Novembro. No entanto, esta pretensão ignora que as instân-

cias que tratam do assunto actuam de acordo com decisões tomadas pelo próprio Conselho da Revolução.

Com efeito, por proposta do CR e de acordo com o Supremo Tribunal Militar, só alguns dos implicados no 11 de Março foram indiciados. O tema predilecto dos militares implicados no 25 de Novembro esbarra aqui, afinal, com a alegada ilegalidade que pretendem atribuir à actuação da hierarquia no tratamento dos seus casos. A ilegalidade estaria de facto presente se aquela determinação fosse ignorada.

Além deste aspecto da questão, persiste ainda uma nítida tentativa de confundir a opinião pública e procurar obter dividendos políticos. A natureza do 11 de Março ainda está por ser objecto de uma investigação oficial profunda que proporcione a divulgação dos verdadeiros responsáveis pelos acontecimentos. No entanto, é já sabida a implicação dum partido e muito provavelmente duma potência estrangeira. Os meios, com elementos de grande sofisticação, prepararam então o terreno para que os seus adversários se deixassem levar num arremedo de golpe de Estado votado à derrota. Os verdadeiros culpados do 11 de Março certamente não se encontrarão entre as hostes daqueles que os implicados no PREC pretendem fazer crer.

Coincidências suspeitas

Os meios militares, conhecedores dos regulamentos internos nas Forças Armadas não constituem o objecto pretendido por Costa Martins e seus apoios ao fazer publicar elementos que podem incorrer os desconhecidos em julgamentos precipitados. No entanto, alguns jornais enveredaram pelo esquema das citações de regulamentos. Pretende-se claramente construir para Costa Martins uma imagem de «perseguido» junto da opinião pública.

É o caso em que se escreve que aquele oficial nunca encontrou «qualquer justificação para o

facto» de ter sido demitido da Força Aérea em 10 de Dezembro de 1975 e do seu nome ter sido inscrito numa lista elaborada pelo Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. E afirma-se também que Costa Martins «nunca conseguiu, apesar de a ter requerido, certidão justificativa do despacho que naturalmente lhe está na base».

No entanto, a nota em questão refere-se somente à proibição

dos militares nela assinalados de entrarem nas unidades e serviços da Força Aérea. A demissão de Costa Martins sucedeu de facto através da portaria de 24 de Abril de 1976, contando-se o início desse efeito na data de 4 de Março. Cumpriu-se assim, o postulado sobre os 8 dias de ausência ilegítima e, após estes, os 90 dias de desertação, conforme estipula o Código de Justiça Militar então em vigor.

Fundação Cuidar o Futuro



Que eficácia para a Lei da Amnistia?

Militares de esquerda podem vir a exigir debate sobre ética militar

Jorge Massada

A necessidade da abertura de um debate sobre o significado de ética militar poderá vir a ser defendida por militares de esquerda, na sequência da declaração de constitucionalidade do decreto 203/78, do Conselho da Revolução. Como tem vindo a ser referido na imprensa este facto anula parcialmente os efeitos da Lei da Amnistia, já que aos Conselhos Superiores de Disciplina resta a possibilidade de julgar os militares já amnistiados pelo ângulo da ética militar.

A nova situação criada pela aplicação deste decreto poderá vir a assumir um cariz declaradamente político, em relevar para o plano do arbítrio a apreciação de militares que se encontram no caso de não terem cometido crime algum.

Arbítrio, porquê? Vejamos: o que é a ética militar? Quem vão ser os elementos enviados a Conselhos Superiores de Disciplina (CSD's)? Que critérios vão presidir à escolha desses elementos? Que características e razão de ser encontram os CSD's face ao sistema de direito jurídico português, de que a justiça militar faz parte?

A falta de resposta a estas questões pode atribuir a estes órgãos o carácter de verdadeiros tribunais de excepção, que nada ficam a dever à democracia.

A quem pode convir a falta de democracia, a existência de situações excepcionais no aparelho judicial militar? Apenas as forças de direita encontram neste facto o terreno em que estão habituadas a mover-se e que é inerente à sua própria existência. À direita, civil e militar, interessa pois que decretos como este sejam aprovados. E neste aspecto a sua tática tem vindo a ser dupla: por um lado, vem «decretando» a extinção do Conselho da Revolução em comícios da AD e, por outro, pressiona esse mesmo órgão no sentido de tomar posições que a favoreçam.

Alguns dados podem

ser avançados para melhor situar esta questão. Após a declaração de constitucionalidade deste decreto pela Comissão Constitucional (apenas com dois votos contra), o Conselho da Revolução assumiu a mesma posição, acabando por ser juiz em causa própria. Isto é, declarou a constitucionalidade de decreto de que tinha sido promotor.

Assiste-se, por um lado, a um fenómeno curioso que é o de um decreto ultrapassar uma lei (que lhe é hierarquicamente superior), ainda que o Conselho da Revolução afirmasse que não aconteça. A Lei da Amnistia diz expressamente que os militares não podem ser julgados por actos de que estão amnistiados, o decreto diz que por esses mesmos actos podem ser levados a CSD's.

A estes resta apenas a análise da conduta ética e do perfil militar dos elementos que lhe sejam presentes. Na prática, isto significa que os Chefes de Estado-Maior podem decidir que militares sobre os quais não recai matéria de facto (amnistiada) vão ser apreciados moralmente, segundo critérios indefinidos.

Como se define e quem define a ética militar? — Não se sabe se esta é a que consta da cadeira «Ética e Deontologia» da Academia Militar, dada geralmente, pelo capelão. Não se sabe se é a moral do senso comum, subjectiva, variando segundo o lugar e a formação cultural de cada povo. Não se sabe se é a visão de cada

um dos cinco generais que compõem cada Conselho.

Aos militares apreciados em CSD cabe recurso para o Supremo Tribunal Militar, mas apenas sobre matéria de facto, a única que aquele julga: instrução do processo, por exemplo. Não lhes resta outra hipótese.

O papel dos CSD's

Os CSD's foram criados durante a I República para apreciar casos de envolvimento de militares em roubos, violações e outros do domínio comum. A aprovação do decreto 203/78 vem neste sentido? Evidentemente que não, pois aponta para militares já amnistiados por actos de natureza política e disciplinar. Os elementos que já foram enviados a CSD são a prova desta afirmação. A criteriosa selecção de militares de esquerda que tem sido feita para serem apreciados por aqueles órgãos dá a este decreto a negra perspectiva do revanchismo político.

Meios militares de esquerda contestam a sua apreciação em Conselhos Superiores de Disciplina sem existir um critério definido e sem haver, sequer, matéria «moral» que o justifique. E apontam casos em que a ética militar, num sentido mais comum, tem sido violada sem que nada tenha acontecido aos agentes dessas violações. Aparentem este exemplo: o 25 de Abril foi feito sem tiros e as forças militarizadas avisadas de que o MFA agiria implacavelmente se houvesse oposição. Em 11 de Março, o Ralis foi metralhado sem qualquer aviso, pedido de rendição, etc. Foi violada a ética militar. Os seus autores foram até promovidos e não enviados aos CSD's.

Estes meios lembram que entre elementos afastados ou suspensos muitos há que passaram pela Administração Militar e pelos Serviços de Informações que têm na sua posse dados que podem avançar a qualquer momento, capazes de trazer

aspectos novos à polémica sobre a ética militar. Lembrem, igualmente, que dentro deste conceito cabe o respeito pelo «direito das gentes» e que crimes e massacres cometidos durante a guerra colonial não mereceram a atenção de Chefes de Estado-Maior que hoje se encontram preocupados com o perfil militar.

Igualmente, uma questão se põe: como analisar a capacidade profissional e a sua relação com a questão ética? Lembra-se, aqui, a título de matéria para reflexão, o facto do coronel Fabião ser comumente considerado um perito em matéria balística e um militar de reconhecida competência, o que não o impediu de ter sido preferido por três vezes na promoção. Otelo Saraiva de Carvalho tinha sido proposto pelo Conselho da Arma de Artilharia para ser promovido a tenente-coronel, alguns dias antes do CEME o ter mandado passar à reserva.

Uma última palavra ainda sobre este caso.

Tem sido dito que os militares não veriam com bons olhos as amnistias de infracções estatutárias. O que acontece é que não existem infracções deste tipo. O estatuto do Oficial do Exército consagra direitos e na parte de deveres remete para o Regulamento de Disciplina Militar e para o Código de Justiça Militar. A matéria disciplinar está, como se sabe, amnistiada.

Perante tudo isto, uma pergunta se põe: que motivos levam a Conselho Superior de Disciplina militares que os CEM's decidam e que neste momento são 32 pelo Exército, sete pela Força Aérea e dois pela Marinha?

E que sentido tem uma notícia que corre em certos meios sobre a existência de uma lista de 328 militares que não poderiam ser reintegrados, dos quais 110 teriam prioridade no sentido de serem passados à reserva?

Ao EMGFA cabe, naturalmente, algumas respostas.



Avant l'ouverture officielle de la campagne pour les législatives

L'Église catholique s'en prend aux « partis marxistes »

De notre correspondant ^{PS}

« Votez utile »

Cette campagne prend souvent des allures surprenantes. Ainsi le quotidien conservateur *O Dia* annonçait la semaine dernière, sur toute la largeur de sa une, que le régime des élections recevait une manifestation de soutien de la part des députés de l'opposition.

Le *Diário da Manhã*, qui collabore avec l'Alliance démocratique, a publié le 27 octobre, sous le titre « Votez utile », un article dans lequel il présente les listes partielles, même dans les circonscriptions du Centre et du Nord, où aucun de ses candidats n'a la possibilité d'être élu. « Cela divise les votes de la gauche », affirme M. Soares, qui se garde de renvoyer aux communistes la responsabilité de cette situation.

« Pour y parvenir, l'Alliance réclame de ses électeurs potentiels un effort accru, tel que l'obtention du chapitre d'une majorité absolue à la Chambre, selon le mode de la proportionnelle, une telle majorité peut être atteinte avec environ 40 % des voix. Lors des dernières élections

mot d'ordre du P.S. Les socialistes se considèrent en effet comme les seuls à avoir obtenu un résultat électoral sur des votes de gauche. Ils ont obtenu 25 % des voix, ce qui leur a permis de constituer le gouvernement. Le P.S. critique, d'autre part, les communistes, qui, d'après lui, n'auraient pas compris le danger de la situation.

Le P.C. fait le jeu de l'Alliance, surtout dans les circonscriptions où il présente des listes partielles, même dans les circonscriptions du Centre et du Nord, où aucun de ses candidats n'a la possibilité d'être élu. « Cela divise les votes de la gauche », affirme M. Soares, qui se garde de renvoyer aux communistes la responsabilité de cette situation. « Le vote utile, c'est le vote pour notre parti », s'exprime M. Alvaro Canhal. Pour le secrétaire général du P.C., il est loin d'être certain que les socialistes aient le cas où ils reviendraient au pouvoir.

JOSÉ REBELO.

Lisbonne. — Dix jours avant l'ouverture officielle de la campagne pour les élections législatives et locales — qui auront lieu respectivement le 2 et le 16 décembre — les partis politiques mobilisent leurs troupes.

Le Parti social-démocrate, le Centre démocratique et social et le petit parti populaire monarchiste, se préparent à lancer une campagne électorale. Les socialistes, qui recrutaient le Parti social-démocrate, le Centre démocratique et social et le petit parti populaire monarchiste, se préparent à lancer une campagne électorale. Les socialistes, qui recrutaient le Parti social-démocrate, le Centre démocratique et social et le petit parti populaire monarchiste, se préparent à lancer une campagne électorale.

Profitant de la réunion à Lisbonne du patron de l'Internationale socialiste, le 24 et 25 octobre, tenu son premier grand meeting le mardi 30 octobre. Les socialistes, qui recrutaient le Parti social-démocrate, le Centre démocratique et social et le petit parti populaire monarchiste, se préparent à lancer une campagne électorale.

Concluent du désenchantement général.

Le secrétaire général du P.S., a parcouru la moitié des départements avec un double objectif : expliquer aux cadres du parti les principaux thèmes de la campagne, et essayer de convaincre les hauts responsables de l'Union nationale que le régime démocratique est le seul moyen de sauver le pays.

Le secrétaire général du P.S., a parcouru la moitié des départements avec un double objectif : expliquer aux cadres du parti les principaux thèmes de la campagne, et essayer de convaincre les hauts responsables de l'Union nationale que le régime démocratique est le seul moyen de sauver le pays.

Le secrétaire général du P.S., a parcouru la moitié des départements avec un double objectif : expliquer aux cadres du parti les principaux thèmes de la campagne, et essayer de convaincre les hauts responsables de l'Union nationale que le régime démocratique est le seul moyen de sauver le pays.

législatives de 1976, le P.S. et le P.C. ont obtenu ensemble 41 % des suffrages. Ils sont sûrs d'améliorer ce score pour deux raisons : le dynamisme politique qu'ils espèrent découvrir, et surtout de certaines élections partielles.

Le ministre des affaires étrangères, qui sous l'étiquette « réformateur », a accepté de figurer sur les listes de l'Alliance.

« Votez utile » est également le

Fundação Cuidar o Futuro



AD

PS

?

?

?

EL PAIS, domingo 11 de noviembre de 1979

Apertura oficial de la campaña electoral para los comicios del 2 de diciembre

Importante presencia de UCD en el mitin de Alianza Democrática portuguesa

N. GUARDIOLA, Lisboa

Coincidiendo con la apertura oficial de la campaña electoral portuguesa para los comicios legislativos del 2 de diciembre, la coalición Alianza Democrática, integrada por el Partido Social Demócrata, el Centro Democrático y Social (CDS) y el Partido Popular Monárquico, organizó ayer por la tarde un mitin en el que, además de los máximos líderes de estas formaciones, participó una importante delegación del partido gubernamental español, Unión de Centro Democrático.

La delegación española estuvo compuesta por el ministro de Justicia, Iñigo Cayero; el ex ministro de Hacienda Francisco Fernández Ordóñez, y el diputado jefe de la Comisión de Exteriores del Congreso español, Ignacio Camuñas.

En su edición de ayer, el semanario *Expresso*, dirigido por dos dirigentes del Partido Socialdemócrata (PSD), subrayó la importancia de la representación de UCD en el mitin de Oporto. Esta representación es considerada como la expresión del apoyo decidido de UCD a Alianza Democrática, apoyo que podrá salir reforzado, siempre según *Expresso*, de una reunión bilateral a celebrar en Lisboa con participación de Adolfo Suárez, «dentro de dos semanas». El mismo periódico informa que el jefe del Gobierno español no participará en ningún acto público, como había anunciado Alianza Democrática, por «motivos de seguridad» ya observados durante la última campaña española. El partido francés en el Gobierno, la UDF, también se hizo representar en el mitin de Oporto, aunque con una presencia mucho más modesta. Bernard Sasi, un miembro de la dirección de la UDF, personificó el apoyo de la principal formación de la mayoría gubernamental francesa. La UCD española es así la única formación con una representación a nivel ministerial.

Fundação Cuidar o Futuro



Portugal : la droite à l'assaut du pouvoir

13/11/79

Le Matin

**Centristes et sociaux-démocrates
veulent démontrer, le 2 décembre,
qu'ils peuvent constituer une majorité.
La gauche est sur la défensive**

La campagne électorale pour les élections législatives intermédiaires du 2 décembre a commencé à travers tout le Portugal. Bien que l'enjeu de ce scrutin soit limité, puisqu'il ne remplace pas celui qui doit avoir lieu l'automne prochain, à la fin de la première législature, et que l'Assemblée qui sortira des urnes le 2 décembre n'aura que des pouvoirs restreints, les partis politiques cherchent à en faire une épreuve décisive.

POUR la première fois, la droite et le centre se sont réunis dans une Alliance démocratique qui regroupe les sociaux-démocrates (PSD), les centristes (CDS), les monarchistes et les réformateurs (groupe dissident du PS et du PSD). Ils prétendent ainsi franchir la barre des 50 % afin de constituer un gouvernement appuyé sur une majorité.

Les communistes, de leur côté, ont réuni tous leurs compagnons de route et, forts de leur Alliance du peuple uni, espèrent démontrer que l'électorat ne vire pas à droite comme on le croit de plus en plus fréquemment. Les socialistes restent les seuls à ne compter que sur eux-mêmes.

Ils jouent désormais leur crédibilité : avec 35 % des voix en 1976, ils avaient pu se réclamer jusqu'ici de l'auto-

rité que leur conférait leur position de premier parti portugais. Mais, selon les estimations, assez floues certes puisqu'elles ne tiennent pas compte de la possibilité, si elle se présente, que le PS devrait perdre aussi bien sur sa droite que sur sa gauche, la pratique du pouvoir lui ayant causé du tort.

Dans un climat très animé, la gauche et la droite n'hésitent pas à user d'insultes l'une contre l'autre, la seule chance de l'Alliance démocratique et en particulier de son principal animateur, Francisco Sá Carneiro, est qu'ils n'ont cessé de jouer à quelques exceptions près, le rôle d'opposition depuis la révolution de 1974.

Leur homme, Antonio Spínola, ayant été évincé dès la fin de 1974, ils se présentent comme « innocents » des « erreurs » commises durant ces cinq ans.



18/11/79

Si logra el triunfo en las elecciones legislativas del 2 de diciembre

El centro-derecha aspira a cambiar el rumbo de la revolución portuguesa

NICOLE GUARDIOLA. Lisboa

Casi siete millones de electores portugueses (6.908.111) serán llamados a las urnas el próximo 2 de diciembre para elegir el Parlamento encargado de conciliar el mandato de la Cámara, constituida después de las elecciones legislativas de abril de 1976 y disuelta en septiembre último. Nuevas elecciones generales deben tener lugar en 1980, en septiembre probablemente, lo que justificaría un relativo desinterés del electorado y de las fuerzas políticas para los comicios. Sin embargo, el empeño de algunos partidos en conseguir la disolución del Parlamento anterior y el tono asumido por la campaña, desencadenada con mucha anterioridad al inicio oficial, contradicen la lógica del calendario.

Asumiendo el papel de oposición global al poder emanado de las urnas en 1976, la coalición de centro-derecha Alianza Democrática pretende dar al escrutinio del 2 de diciembre el sentido de una «ruptura democrática». Citando las palabras del principal dirigente del PSD, Francisco Sa Carneiro, no se trata simplemente de dar al país una nueva mayoría parlamentaria y un nuevo Gobierno —no asumirá el ejecutivo sin disponer de la mayoría absoluta—, sino de cambiar el rumbo del régimen.

En caso de victoria, la coalición promete el fin del Consejo de la Revolución, una alteración profunda de la Constitución y un nuevo presidente de la República, aunque se proponga alcanzar estos objetivos dentro de un escrupuloso respeto de los mecanismos democráticos.

Entre los tres partidos coaligados dentro de la Alianza Democrática (el socialdemócrata de Sa Carneiro, el Centro Democrático y Social (CAS) de Freitas do Amaral y el Popular Monárquico de Ribeiro Teles) el primero y más importante, el PSD, puede reivindicar el haber sido el iniciador de todo el proceso.

Desde la caída del Gobierno socialista monocolor, en diciembre de 1977, Sa Carneiro ha luchado, dentro y fuera de su partido, por la realización de elecciones anticipadas, único modo, en su opinión, de acabar con la mayoría de que disponían comunistas y socialistas en el anterior Parlamento.

La coalición está convencida de haber conseguido crear una «dinámica de victoria» que le permitiera disponer en el futuro Parlamento de la mayoría absoluta. Si bien no se hacen ilusiones sobre las posibilidades de realización de un Gobierno que tendrá escasamente seis meses de vida para preparar la victoria a la suerte de las elecciones de 1980, que designarán una Cámara con poderes constituyentes.

Se ha anunciado ya la revisión de la ley Electoral, con inclusión del voto proporcional, y la institucionalización del sistema no previsto por la actual Constitución, y que podría permitir vencer los límites impuestos a la revisión constitucional a partir de 1980. El PSD y el CDS, que eran el segundo y el tercer partido portugueses, esperan que la «dinámica de la victoria» les permitirá, con el beneficio del método proporcional de Hondt, alcanzar el 40% de los votos, que deberían asegurarles la mayoría en el Parlamento.

Doble estrategia del PCP

Algunos de los argumentos de Alianza Democrática a favor de las elecciones anticipadas fueron, en un pasado no lejano, también utilizados por el Partido Comunista. Los comunistas portugueses atribuyen también una importancia «clarificadora» al escrutinio del 2 de diciembre, aunque, naturalmente, en sentido opuesto. Para el PCP se trata de «desinflar el globo» de un supuesto giro a la derecha del elec-



Francisco Sa Carneiro, líder de la alianza de centro-derecha

torado, que sirvió de pretexto, en su opinión, a una política «derechista» y de recuperación capitalista de todos los Gobiernos posteriores a 1976, empezando por los socialistas. Los comunistas tienen dos objetivos declarados en esta campaña: impedir a Alianza Democrática que alcance la mayoría absoluta y crecer dentro de la izquierda, en detrimento del Partido Socialista.

De ahí la campaña, a la vez «conservadora» (defensa del régimen democrático y de «las conquistas de la revolución») y «desinfladora» en relación al PS. Los comunistas han lanzado como eslogan que el voto socialista es un voto «inseguro» para los electores de izquierda, dada la negativa del PS de definir su política de alianzas poselectorales y el precedente de las concesiones hacia la derecha de los dos Gobiernos de Mario Soares. Para la presente campaña, el PC ha resucitado, con el apoyo de su pequeño aliado MDP, la Alianza Povo Unido, que le aseguraron en las elecciones municipales de 1976 sus mejores resultados, con el 18,5% de los votos.

Los comunistas no hacen, pues, campaña bajo el emblema de la hoz y del martillo, fácilmente identificable por el electo-

rado rural más conservador, sino con los colores verde y rojo de la bandera nacional, lo que les valió del Partido Socialista la acusación de «presentarse disfrazado». Tampoco se trata abiertamente sobre la necesidad del Gobierno de izquierda, y el tema subsidiario de la campaña es el ataque declarado al «aventurerismo de izquierda», que además de inutilizar más de un centenar de miles de votos en 1976 es el responsable de los desmanes y abusos atribuidos a los comunistas por la propaganda de derecha.

El ~~Partido Socialista~~ está convencido de que, lejos de constituir

una desventaja, la estrategia defensiva a la que está condenado, por las presiones de las dos coaliciones formadas a su derecha y a su izquierda, constituye su mayor triunfo. No pudiendo aspirar sólo a la mayoría absoluta se limita a exigir la dirección del Gobierno para el partido o coalición que obtenga el mayor número de votos. En otras palabras, para los socialistas, Alianza Democrática debe ser ~~denada~~ al Gobierno con mayoría absoluta. El Partido Socialista, por su parte, se declara dispuesto «a asumir

sus responsabilidades» ~~en ausencia de alternativas~~ se presenta como el partido de la estabilidad contra la aventura, que serían, a la vez, la victoria del «bloque conservador monárquico», la «bipolarización» (con refuerzo de la derecha de los comunistas) y la «italianización» del Parlamento.

Esta última resultaría de la formación de ocho o nueve grupos parlamentarios, en vez de los cuatro actuales. De ahí el llamamiento al ~~socialista~~ no solamente a izquierda, sino también del electorado de centro o de derecha moderada, para lo que el PS espera contar con el apoyo declarado de los disidentes del PSD agrupados en la ASDI y representados en el actual Gobierno. (Para Alianza Democrática, ASDI «no representa nada electoralmente».)

Los esfuerzos del PS tienden a asegurar la neutralidad de la jerarquía católica. Los socialistas se esfuerzan en deshacerse del samborito de partido marxista, alianza de los comunistas y Mario Soares, que se ha relacionado íntimamente con los obispos de cada diócesis visitada.

El secretario general del PSOE, en Oporto

Felipe González: "A la izquierda del socialismo no hay nada"

EFE, Oporto

«El socialismo es el extremo de la izquierda democrática que lucha por la libertad, a la izquierda del socialismo no hay nada más. El socialismo constituye la barrera que defiende la democracia», declaró ayer el líder socialista español, Felipe González, en una intervención durante el mitin ce-

lebrado por el Partido Socialista Portugués (PS), en Oporto, y que fue presidido por el secretario general del partido luso, Mario Soares.

Felipe González fue largamente ovacionado por miles de personas que llenaban la sala Coliseo de la ciudad norteña portuguesa con gritos de «Felipe, amigo, el PS está contigo».



Arafat au Portugal

3/11/79
Le Matin

Cette visite s'inscrit dans l'offensive de charme que mène l'OLP auprès des capitales d'Europe occidentale

Yasser Arafat est arrivé hier à Lisbonne pour une visite de trois jours qui, à ses yeux, vaut une reconnaissance de l'Organisation de libération de la Palestine par le Portugal. La veille, le président du comité exécutif de l'OLP avait rencontré à Alger, à l'occasion du vingt-cinquième anniversaire de la révolution algérienne, outre le président Chadli Benjedid, les chefs d'Etat libyen et syrien pour préparer avec eux le sommet arabe qui doit se réunir le 20 novembre dans la capitale algérienne.

En ce qui concerne une rencontre entre Arafat et les dirigeants français, deux possibilités ont été envisagées : celle d'une visite d'Arafat à Paris à l'invitation du gouvernement français et celle d'un entretien avec Valéry Giscard d'Estaing pendant le voyage que le président de la République fera en mars dans plusieurs émirats du Golfe. Mais, faute d'un accord sur la substance de ce qui pourrait être annoncé à cette occasion (les Français ont suggéré un moratoire des opérations militaires palestiniennes), il apparaît que rien n'a encore été arrêté.

De notre envoyé spécial à Lisbonne.

Le Portugal déploie une véritable offensive de charme vers le monde arabe, dont le gouvernement socialiste de Mario Soares n'a eu sans doute pas le moindre doute en élevant les relations du Portugal avec Israël au niveau des ambassades en mai 1977. Cela avait entraîné le rappel immédiat de l'ambassadeur libyen de Lisbonne et le gel des relations diplomatiques avec la plupart des pays arabes. Seul l'Irak, qui fournit une bonne partie du pétrole nécessaire aux Portugais, restait un partenaire à part entière.

Mais depuis quelques mois, la diplomatie portugaise a fait porter ses efforts sur le Proche-Orient où elle a enregistré d'incontestables succès. Ainsi, le sultanat d'Oman a, il y a quelques jours, décidé de nouer des relations diplomatiques avec Lisbonne. En outre le premier ministre portugais, Maria de Lurdes Pintasilgo, doit, avant la fin de l'année, effectuer un voyage officiel en Irak et en Jordanie, et son ministre des Affaires étrangères, Freita Cruz, va se rendre en Libye, en Syrie et à Bahreïn. L'ouverture des Portugais vers les pays arabes a franchi un nouveau degré

avec la réception de Yasser Arafat à Lisbonne. Le président du comité exécutif de l'OLP, qui est arrivé hier à Lisbonne, a passé sa journée à rencontrer des dirigeants de toutes les tendances politiques. En début de matinée, il s'est entretenu avec Mario Soares puis avec Alvaro Cunhal, les leaders du PS et du PC portugais ; il a ensuite été reçu au palais Sao Bento par le premier ministre et, dans l'après-midi, c'est le président de la République, le général Antonio Ramalho Eanes, qui lui accordait un entretien au palais de Belem.

Les représentants de tous les partis politiques importants au Portugal ont pris hier soir la parole, lors de l'ouverture de la « conférence mondiale de solidarité avec le peu-

pie arabe et la cause palestinienne ». Seul absent, le parti centriste (CDS), bien que ce dernier ne soit pas opposé à la reconnaissance de l'OLP par le Portugal. L'ancien chef de l'Etat, le général Costa Gomes, a été nommé président d'honneur de la conférence mondiale. Le commandant Melo Antunes, ancien ministre des Affaires étrangères, a également participé hier à l'ouverture de ce symposium.

L'ouverture d'un bureau de l'OLP à Lisbonne ne fait plus de doute. Elle pourrait avoir lieu au début de l'année prochaine. Ce nouveau bureau de l'OLP aurait le même statut que celui de Madrid, c'est-à-dire qu'il serait plus qu'un simple bureau d'information comme c'est le cas à Paris.

Mais il n'aurait pas tout à fait les mêmes caractères que la représentation diplomatique ouverte récemment à Ankara.

Pour Yasser Arafat cette étape portugaise constitue une nouvelle victoire. Le Portugal est en effet membre de l'OTAN et futur partenaire à part entière de la CEE. Alors que l'OLP vient d'être bien accueilli par l'Italie, la consécration, pour la centrale palestinienne, serait bien évidemment que son chef Yasser Arafat soit officiellement reçu par les dirigeants français. Cette éventualité a été discutée par Gabriel Robin, le directeur des affaires politiques du Quai-d'Orsay, lorsqu'il s'est rendu en octobre à Beyrouth. Mais il semble bien que certaines difficultés restent à aplanir avant que la da-

te et les modalités de cette rencontre soient définitivement arrêtées.

Jacques de Vernis

Fundação Cuidar o Futuro



ARAFAT MISE SUR LA FRANCE

ACCUEILLI avec la plus grande chaleur par les principaux responsables portugais, applaudi avec enthousiasme par les quelque cinq cents participants à la Conférence internationale de solidarité avec les peuples arabe et palestinien, qui vient de se tenir à Lisbonne, le chef de l'O.L.P. vient, au cours d'un séjour de 42 heures dans la capitale du Portugal, de marquer un nouveau point dans la percée diplomatique de son organisation en Europe.

En quittant Lisbonne hier pour Alger, M. Arafat n'a pas caché sa satisfaction. « Cette conférence, dit-il, a été une grande réussite et a permis de faire connaître à une autre audience occidentale et au moyen-orient la cause juste et légitime du peuple arabe de Palestine ». M. Arafat a, d'autre part, qualifié de « très positif » les discours des diverses personnalités qui ont pris la parole au cours de la conférence.

La veille, M. Arafat avait, au cours d'une conférence de presse, souligné l'importance que l'O.L.P. attache au rôle de l'Europe pour la reconnaissance des droits légitimes des Palestiniens. Mettant en particulier l'accent sur l'initiative européenne qu'occupe le régime en Israël, le leader palestinien avait déclaré :

« La position de la France n'est pas une préoccupation. La France joue un rôle de pionnier au sein de

la Communauté européenne, et elle joue un rôle important dans le monde; elle peut avoir une influence sur la situation de Palestine, et elle peut contribuer à la reconnaissance des droits légitimes du peuple arabe de Palestine. »

M. Arafat conclut en demandant aux pays européens d'adopter une position constructive et positive permettant au peuple palestinien de recouvrer ses droits nationaux : son droit au retour, à la création d'un Etat indépendant et à l'autodétermination.

Le chef de l'O.L.P. a trouvé, d'autre part, de nouveaux encouragements de la part de M. Andrew Young, l'ancien représentant américain aux Nations Unies et, en effet, affirmé que « nombreux sont les Israéliens qui savent qu'ils ne peuvent avoir un Israël et

Pon ne donne pas aux Palestiniens une certaine souveraineté. » M. Young a encore prédit qu'avant trois mois des négociations se feront entre Israéliens et Palestiniens.

Il rose que, du côté israélien, on continue à considérer comme impossible tout dialogue avec l'O.L.P. Au cours du Conseil des Ministres, hier, M. Begin et l'ensemble des ministres ont vivement pris à partie M. Yusef Burg, ministre de l'Intérieur et chef de la délégation israélienne aux négociations sur l'autonomie palestinienne, qui avait évoqué il y a quelques jours l'hypothèse d'un dialogue avec la centrale palestinienne, au cas où celle-ci reconnaîtrait définitivement l'existence d'Israël.

De son côté, l'ambassadeur de l'Etat hébreu à Paris, évoquant une éventuelle invitation de M. Arafat en France, a déclaré que celle-ci revêtirait le même aspect que si elle était adressée à Hitler.

Des milieux autorisés français, pour leur part, continuent à indiquer qu'il n'est pas dans les intentions du gouvernement, à l'heure actuelle, d'adresser une invitation au chef de l'O.L.P.

Arafat : « La France ne pose pas de condition pour m'accueillir »

Le Figaro 5/11/79

LISBONNE (A.F.P.) - « La France ne met pas de conditions pour m'accueillir », a déclaré en substance Yasser Arafat, au cours d'une conférence de presse donnée à Lisbonne où il a participé à une réunion de solidarité avec la Palestine.

« Je ne crois pas qu'à l'avenir elle en mette », a ajouté le chef de l'Organisation de libération de la Palestine. M. Arafat a, d'autre part, déclaré qu'il souhaitait une initiative française pour « solder la dernière bataille » au Proche-Orient qui pourrait être « un catalyseur ».

Après avoir rencontré un groupe de délégués français, représentant la P.C. et le P.S.U., la C.G.T. et des associations de solidarité franco-arabes et franco-palestiniennes, il avait alors déclaré : « La position de la France n'est pas une position quelconque. La France joue un rôle de pionnier au sein de la Communauté européenne, et elle a un rôle important dans le monde. Elle peut avoir une influence sur la politique des Etats-Unis. Elle détient une position-clé en Afrique. Il est donc important pour nous de solliciter la compréhension et l'appui des

dirigeants français » qui, poursuivit-il.

Dans une conférence de presse, le leader palestinien devait reprendre le même thème : « L'Europe qui est partiellement responsable de la situation dans laquelle nous nous trouvons ». M. Arafat a demandé aux pays d'Europe d'adopter une position « constructive et positive » pour permettre à son peuple de « recouvrer ses droits nationaux : son droit au retour, la création d'un Etat indépendant et l'autodétermination ».

Les déclarations de Yasser Arafat ont déclenché une réaction immédiate à Paris. M. Rocard, ambassadeur d'Israël en France, a déclaré qu'il était impossible de croire que la France accueillera un jour officiellement le leader palestinien. « Ce serait comme si la France accueillait aujourd'hui », a-t-il dit à l'agence P.Z.

Déjà, Shimon Peres, le dirigeant travailliste israélien, avait de son côté déclaré que la visite à Madrid de Yasser Arafat avait été « un geste très significatif ». Les Parisiens ne se transfor-

ment pas en chefs arabes suite à Arafat à son retour de Lisbonne, il a poursuivi l'O.L.P. comme Janus, a un double visage : le sourire en Europe, le terrorisme en Israël. A propos d'éventuelles représailles mesurées de rétorsion juives, contre l'Espagne, Shimon Peres a dit : « Il est évident que cette visite n'a pas plu aux juifs, mais je n'ai pas d'informations sérieuses sur ces représailles ».

Le leader palestinien a enfin révélé à Lisbonne qu'il avait souhaité à Zbigniew Brzezinski, conseiller du président Carter pour les affaires de sécurité, de ne pas perdre son poste pour lui avoir serré la main. Ils se sont en effet rencontrés à Alger, jeudi dernier, à l'occasion du vingt-cinquième anniversaire de l'insurrection algérienne et Arafat, dans sa tribune, évoquant la démission d'Andrew Young, ancien représentant des Etats-Unis à l'O.N.U. Au journal communiste portugais O Dia, il a dit que Sa-



THE WEATHER — PARIS: Wednesday, overcast, possible rain. Temp. 5-8 (41-46). LONDON: Wednesday, cloudy. Temp. 1-7 (34-45). CHANNEL: Slight. ROME: Wednesday, cloudy. Temp. 1-14 (34-57). NEW YORK: Wednesday, cloudy. Temp. 4-9 (39-48).

ADDITIONAL WEATHER — COMICS PAGE

Herald

Published with

No. 30,094

14/11/79

*R

Z

Gunmen Wound Israeli Envoy, Kill Bodyguard in Lisbon Attack

From Agency Dispatches

LISBON, Nov. 13 — Gunmen fired submachine guns and threw hand grenades at the car carrying Israel's ambassador in central Lisbon today, slightly wounding the envoy, killing his bodyguard and wounding three others, police said.

Police said Ambassador Ephraim Eldar was wounded by a bullet in the arm when at least two men fired

on his car as it arrived at the Israeli Embassy. Mr. Eldar's bodyguard died from an exploding grenade, police said. Also wounded in the shooting was a guard at the embassy door, the ambassador's driver and a passerby.

The 55-year-old ambassador survived the attack by remaining in his car, police said.

A leftist organization, known to

have links with Irish and Basque guerrillas, claimed responsibility tonight for the attack. In a telephone call to the Portuguese Radio, a faction of the International Workers Organization said the ambush was designed "to punish all those who oppose the creation of a society where there is no exploitation by collaborating with imperialism and capitalism."

Premier Maria de Lourdes Pintasilgo ordered an all-out search for the attackers. Police sealed Portugal's borders with Spain and set up land and maritime checkpoints.

Israel condemned the attack and said it expected Portugal to find the attackers and bring them to justice. "The Israeli government condemns the murderous attempt on the life of the Israeli ambassador in Lisbon," a government communique said.

The attack came 10 days after an Arab solidarity conference in Lisbon where the main theme was Middle East peace and the featured speaker was Palestine Liberation Organization chief Yasser Arafat.

It was the first attack on an embassy in Lisbon since April, 1976, when a rightist extremist group calling itself the Commando for the Defense of Western Civilization bombed the Cuban Embassy. Two persons died in the blast.

The Arab League in Lisbon condemned today's attack as "an unreasonable and repugnant act." A league spokesman said the attack was designed "to discredit the PLO."

In Madrid, a spokesman for the PLO said the organization had nothing to do with the attack which he described as an attempt to damage Palestinian-Portuguese relations after Mr. Arafat's visit. He said the attack could have come from any of Israel's many enemies.



Associated Press

Ephraim Eldar is taken into the operating room of a Lisbon hospital after being wounded in an assassination attempt.



Le Monde

L'ambassadeur d'Israël à Lisbonne est blessé dans un attentat

Son garde du corps

Lisbonne (A.F.P.). — Un attentat a été commis mardi matin 13 novembre contre M. Ephraïm Eldar, ambassadeur d'Israël à Lisbonne. Les agresseurs ont tiré avec des armes automatiques au moment où Ephraïm Eldar péné-

trait dans l'ambassade. La presse indique que le diplomate a été blessé, ainsi que le policier en faction devant l'immeuble. Le garde du corps de l'ambassadeur et son chauffeur ont été tués.

14. XI. 79

Fundação Cuidar o Futuro

